



ATA N.º 13/XII-1º/2017-18

1 - Aos 30 dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, no Laranjeiro, realizou-se a terceira Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2018 da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2- Período da Ordem do Dia

(continuação da reunião anterior)

3.14 -Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Elisabete Peres Pereira; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissolle Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Augusto António Brinquete Proença; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco e Pedro Miguel de Amorim Matias.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente, procedendo ao anúncio da comunicação da Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS), solicitando a substituição por ausência no dia 30 abril; do Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS), solicitando a substituição por ausência no dia 30 de abril; do Senhor Deputado Municipal Bruno Dias (CDU), solicitando a substituição por ausência no dia 30 abril; da Senhora Deputada Municipal Eva Borges Araújo Gomes (CDU), solicitando a substituição por ausência no dia 30 abril; da Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho (CDU), solicitando a substituição por ausência no dia 30 de abril; da Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD), solicitando a substituição por ausência no



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

dia 30 abril; do Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD), solicitando a substituição por ausência no dia 30 abril; da Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (PSD), solicitando a substituição por ausência no dia 30 abril; da Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD), solicitando a substituição por ausência no dia 30 abril e do Senhor Deputado Municipal Manuel Braga (BE) solicitando a substituição por ausência no dia 30 abril.

4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse Débora Rodrigues (PS); Sérgio Bastos (PS); Mara Martins (CDU) por impedimento de José Gabriel Joaquim; Mário Pedroso (CDU) por impedimento de Jorge Feliciano; Andreia Egas (CDU); Sónia Faria (PSD); Paulo Sabino (PSD); Nuno Dominginhos (PSD); Henrique Guisado (PSD) por impedimento de Rita Oliveira e Pedro Pereira (BE) por impedimento de Fátima Marras.

4.3 – O Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas comunicou a impossibilidade de estar presente nesta reunião, sendo substituído pela eleita Ilda de Lourdes de Oliveira Garrett; a Senhora Presidente da União da Junta das Freguesias de Caparica e Trafaria comunicou a impossibilidade de estar presente nesta reunião, sendo substituída pela eleita Maria de Fátima Cardinho Magalhães Cardoso; o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica comunicou a impossibilidade de estar presente nesta reunião, sendo substituído pelo eleito Sérgio Manuel Gonçalves de Sousa; o Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, comunicou a impossibilidade de estar presente nesta reunião, sendo substituído pela eleita Anabela de Matos Tavares.

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral (CDU).

4.5 – O Senhor Presidente informou ainda o plenário que foi comunicada a ausência do Senhor Vereador Joaquim Judas, sendo substituído por Tiago Galveias, da Senhora Vereadora Amélia Pardal e da Senhora Vereador Joana Mortágua, sendo substituída por Luís Filipe Pereira.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os Senhores Múncipes João Manuel Reis dos Santos Baptista, João Rocha, José Manuel dos Santos Baptista e Alfredo Santos.

5.1.1 – O Senhor Múncipe João Manuel Reis dos Santos Baptista:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como cidadão, é a primeira vez que participo numa Assembleia Municipal, acabei por me dirigir aqui porque acho que há sempre alguma coisa a dizer, pelo menos sou conhecedor deste Concelho desde



sempre, desde que nasci, vivo permanentemente aqui há 30 (trinta) anos, o que me dá a oportunidade de conhecer atualmente a realidade do Concelho e tudo o que ele tem para nos oferecer. Como tal, eu vivi aqui muitas experiências, vivi um pouco de tudo, participei nalgumas iniciativas que aqui foram feitas no passado por outro executivo, consigo reconhecer muitas coisas positivas e é dessas que venho cá falar, porque há coisas boas que foram feitas e eu prefiro-me focar nessas. E no que se pode fazer agora, porque como cidadão vejo oportunidades e vejo também muita gente a recorrer muito aos centros comerciais, nós temos muito para oferecer neste Concelho. Há áreas que se têm expandido enormemente, como a Charneca por exemplo, onde vivo, e outras situações que muitas vezes as pessoas afunilam, por às vezes não estarem tão cientes das oportunidades que existem ou por não virem aqui intervir e conseguir beber de outras ideias.

Não sei o que costuma ser abordado aqui a nível de ideias, mas da minha parte eu acredito muito que há coisas que passam pela parte municipal, e ter um poder municipal a agir para os cidadãos. O que eu quero dizer com isto é ter empresas municipais onde possam os jovens e pessoas que já são muito experientes em vários ramos, desde a restauração, desde o desporto etc., que possam cooperar uns com os outros. Os mais velhos dar experiência aos mais novos, e os mais novos aprender com os mais velhos. Isto para criar empresas. Quando digo empresas, digo empresas sejam elas de qualquer tipo, desde serviços básicos, a restauração, lazer e que possa haver uma formação contínua de vários jovens. E que seja a Câmara a ganhar com isto também, porque muitas vezes há investimentos que são perdidos, jovens que saem e que não ficam no Concelho, vão para outras áreas, outros locais do país e não ficam aqui, e muitas vezes há lucros que nós não sabemos ter quando não conseguimos investir na parte de conseguir motivar esses jovens, e as propostas que eu posso deixar aqui, é que gosto imenso de Almada, acho que tem muita luz, é uma Cidade com muita luz, dizem que há muito foco na capital, mas acho que Almada tem muito para expandir, sabemos que tem ruas que têm muita vida, foram também reconstruídas na última década, e que tem muitas oportunidades, e acho que nesse foco e não só, às vezes a expansão não é só a nível de expandir para os lados e fazer crescer mais, e construir mais, acredito que a expansão tem a ver com o requalificar tudo o que existe, e aproveitar as pessoas que querem trabalhar nesse sentido. Conheci muitas, consegui trabalhar com muitas em algumas atividades que eu fiz, e vi vontade, vi talento e vi muita a gente a gostar deste Concelho. Acredito que conseguimos chegar lá, não sei se vou continuar muito tempo mais para ver nesta zona do país, mas aqui ficar gostaria de ver toda a gente a usufruir mais do Parque que nós temos aqui, eu adoro ir fazer atividades como ioga etc., há muitas possibilidades que podem ser abertas para os jovens que estão aqui, e para as pessoas também que não são tão jovens mas que têm todas as possibilidades de os apoiar e deixar as sementes, porque são eles também que vão construir aqui.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A todos os presentes agradeço a oportunidade de participar, e agradeço o meu trabalho aqui”.

5.1.2 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a cedências de terrenos pelas Comissões de Moradores a este Município, atualmente com denominação de AUGI, de acordo com o preceituado pela Lei nº 91/95, de 2 de setembro, o loteamento do qual sou responsável há cerca de 25 (vinte cinco) anos, ou seja, o loteamento nº 442/85 da Quinta da Adega, os proprietários dos avós deste loteamento, nos anos 80 (oitenta), adquiriram 3150 m (três mil cento e cinquenta metros) de terreno, sito no local denominado por Pilotos, na Vila Nova da Caparica pela importância sensivelmente de 6000 contos (seis mil contos). E isso dito posteriormente a este Município, através de uma escritura pública devidamente assinada pelo Presidente do Município nessa data, para a reconversão deste loteamento. Provavelmente este valor daria para comprar dois apartamentos também nos anos 80 (oitenta), no centro da Cova da Piedade. Mas, lembro também aos Senhores Eleitos, que também durante 4 (quatro) décadas, as AUGI sedeadas neste Concelho foram consideradas uma situação não relevante para este Município. Originando assim a que este Município seja considerado em todo o Distrito de Setúbal, como um Município com maior número de processos de reconversão de AUGI para concluir.

Não podia terminar esta missiva, sem elogiar a Senhora Presidente deste Município, Senhores/as Vereadores/as respetivamente, pelo seu empenhamento demonstrado desde o início do seu mandato para a resolução das AUGI, Áreas Urbanas de Génese Ilegal, sedeadas neste Concelho, bem como de outras questões pertinentes, que, sempre tiveram de trilhar um caminho difícil até à sua conclusão final”.

5.1.3 – O Senhor Município José Manuel dos Santos Baptista:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz cá hoje, eu já sou muito conhecido por muitos dos Senhores Vereadores presentes, que já vêm do executivo anterior.

O facto é que sempre eu como muitos proprietários de vários Concelhos do país, temos lutado pela legalização das casas, sem tanta pressão sobre os proprietários. Houve proprietários que foram altamente lesados por muitas associações, que cobravam juros a 2 e a 3% ao mês, e que efetivamente houve muitos que se recusaram a pagar esse valor de juros por serem juros ilegais. Tiveram juridicamente vários problemas, tiveram que meter ações, milhares e milhares de proprietários, entretanto a Lei das AUGI nunca mais acaba, isto é uma roda que só prejudica as pessoas que nos anos setenta, sessenta, compraram, desenvolveram, a economia nacional através de compra de terrenos, que muitos viviam em partes de casa, em quartos e tudo mais, e compraram um terreno para fazerem uma casa. Muitos já não



se encontram entre nós, nomeadamente os pioneiros dessa altura. Deixaram para os seus herdeiros. E o facto, é que muitos desses herdeiros também já morreram. Eu tenho 72 (setenta e dois) anos, tenho um processo na Câmara de Almada desde 1989, e como muitos dos Senhores Vereadores aqui sabem, efetivamente puseram-me vários obstáculos, quando houve abertura para tantos outros, mesmo tendo as casas mal construídas como o regulamento obrigava, foram legalizadas. A minha ainda hoje se encontra por legalizar. Há dias falei com a Senhora Vereadora Francisca Parreira para efetivamente resolver este assunto. A minha zona já está urbanizada, eu como muitos proprietários, já pagamos as infraestruturas, há muitos proprietários é que não têm dinheiro para pagar os altos custos que são pedidos, para legalizar as casas. Eu já sugeri quando foi a tomada de posse da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, já sugeri que reduzisse as taxas de legalização por metro quadrado, e as taxas de cedência para permitir a muita gente que ainda está viva e aos herdeiros, legalizarem as casas, não irem para a cova e deixarem mais uma coisa para fazer e mais um ónus para os seus herdeiros fazerem. Em Cascais há uns anos atrás, José Luis Judas, resolveu baixar a taxa de metro quadrado em 80%, e resolveu reduzir a taxa de cedências em 20%. E mais, não permitiu que nenhuma associação naquele Concelho de Cascais, cobrasse aos proprietários juros fora da Lei, o que não aconteceu aqui no tempo da Maria Emília Neto de Sousa, e os Senhores Vereadores do Partido Comunista, sabem-no bem. E muitos Senhores Vereadores do Partido Socialista sabem-no bem. Muitos dos Senhores Vereadores do PSD, sabem-no bem. O facto, é que, esta situação não pode correr mais tempo assim. Eu falei há dias com a Helena Roseta, está agora tudo em polvorosa por causa dos mais velhos, mais de 65 (sessenta e cinco) anos, ora eu tenho 72 (setenta e dois), fui lesado politicamente por esta situação, só assim é que se pode explicar aquilo que me fizeram ao longo de anos. O facto, e muita gente sabe que eu tenho razão, nos protestos que eu tenho feito e que estou aqui a fazer, e solicito mais uma vez ao executivo do Partido Socialista, que está atualmente no mandato da Câmara Municipal de Almada, para levarem em boa conta que é preciso, e há milhares de pessoas que têm as casas para legalizar e precisam de legalizar. Porque pagam o IMI, pagam as taxas todas, pagaram as infraestruturas, e o alto valor que lhes é pedido não lhes permite legalizar as suas casas. Haja um bom senso, e dizer assim: taxas ao preço que se pagava aquando da construção, quando entrou as casas nas finanças, foram dar conhecimento às finanças e começaram a pagar os respetivos impostos, e é isso que se pede, porque foi aí que elas foram construídas, e não é a preços atuais que se pode pedir a muita gente como eu, que sou um doente cardíaco, e que tenha que ter dinheiro, para efetivamente ter que pagar 15, ou 16 ou 17.000.00 (dezassete mil euros) para pagar, não tenho dinheiro para isso. Não sou rico, não me saiu ainda o euro milhões e o facto é que a responsabilidade é de quem governa, e quem está a governar neste momento a Câmara Municipal de Almada é o Partido Socialista, e é ao Partido Socialista que eu solicito e reivindico o meu pedido aqui feito efetivamente, que esta situação seja resolvida o quanto antes, para bem das populações e para bem daqueles que ainda vivem em casas



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

clandestinas, chamadas clandestinas, hoje pomposamente as zonas de AUGI, e que muita gente vivia em quartos e partes de casa, compraram com muito custo e construíram as suas casas.

Eu gostaria que a Senhora Presidente da Câmara tomasse boa nota desta situação e que pudesse dar uma nota positiva, não digo já, mas o mais breve possível, e a todos os Vereadores que estão aqui presentes, o favor de resolver estes problemas. Nomeadamente nas zonas que já estão urbanizadas”.

5.1.4 – O Senhor Município Alfredo Santos

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, venho possivelmente com uma certa mágoa, pedir um esclarecimento, que pode não ter a importância que eu lhe atribuo, mas como sou um indivíduo que gosto e partilha das coisas boas que Almada tem feito, e continua a fazer, e gosto de partilhá-las. E então, como gosto de partilhá-las, tive a possibilidade de ir na sexta-feira com um grupo de amigos fazer um almoço comemorativo, e fui tentar mostrar-lhes, uma coisa que eu estava farto de lhes dizer, que era muito difícil encontrar por esse país fora, uma Câmara que estivesse a fazer aquilo que a Câmara de Almada estava a fazer. Referi-me essencialmente ao Museu da Cidade, à exposição permanente que lá estava. A exposição permanente lembrava-me, exatamente, os meus tempos de menino, porque eu sou um filho adotivo de Almada, não sou de Almada, mas vim para cá muito novinho, e lembro-me perfeitamente daquilo que me foi transmitido naquela altura, quando vim para Almada. E ainda mais, é que aquilo no meu entender já não era uma exposição, eram duas exposições. Era uma exposição mais antiga que retratava as fases mais antigas de Almada, e a atual que era de facto da situação contemporânea. E ainda o que me satisfazia mais, era ver a maneira como aquilo era realizado, era com o apoio incondicional da ação escolar. Dava gosto quando aquelas exposições temporárias, ver os miúdos da escola partilharem com as pessoas que visitavam a exposição, dizer: “olhe, isto foi eu que fiz”, e lá estava a assinaturazinha, o seu registo. Tudo muito bem, só que eu todo vaidoso a pensar que ia mostrar o ex-libris das exposições aos colegas meus que se tinham deslocado a Almada, cheguei ao Museu da Cidade, vou ter com a Senhora para atualizar a nossa ida, e a Senhora muito francamente diz assim “a exposição já cá não está, agora só está uma exposição em permanência, que é do amigo Romeu Correia”. Então é capaz de me dizer, “olhe, não lhe sei dizer nada, as instruções que eu tenho é que, não sei se é para obra, se é para mudar de local, não sei de nada, está uma exposição em permanência, que é exposição do amigo Romeu Correia”.

Ora, com esta situação toda Senhora Presidente, eu acho que, aquela exposição era de facto, para a população de Almada, a necessidade de se atualizar aqueles que chegaram agora, e os outros também terem a certeza que a sua memória estava ali, perguntar à Senhora Presidente se de facto, há possibilidade de me informar, porque é que aquela exposição foi retirada. Porque é uma coisa muito,



muito, para mim, muito aborrecida, já que fazia uma propaganda tão grande daquela exposição, e quando me desloquei com colegas meus fiquei um bocado surpreendido. E uma coisa que eu nunca poderei permitir seja em que circunstância for. Não apaguem a memória”.

5.2 – Em resposta aos Senhores Múncipes prestando esclarecimento e informações usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vereador João Couvaneiro e a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar ser rápida nas respostas. Quero, em primeiro lugar, felicitar o jovem Batista Reis, dado que é a sua primeira intervenção numa Assembleia Municipal, e eu acho que é sempre um ato de cidadania, e, portanto, felicitá-lo por essa sua primeira intervenção.

Muito do que disse são preocupações que partilhamos, uma delas é justamente que os jovens de Almada, possam continuar a trabalhar em Almada, viver e trabalhar em Almada, porque acreditamos sinceramente que o melhor sítio para se viver na área Metropolitana de Lisboa, pode ser e deve ser Almada; e é, em muitos aspetos já é. E, portanto, anotei muitas das suas propostas e aqui o Senhor Vereador João Couvaneiro gostava depois também dizer algo sobre a formação de jovens para empreender, para novos projetos, é isso, aliás, que nós estamos a trabalhar, estamos a trabalhar na tentativa de abrir mais espaços onde se possam instalar. Está muito na moda a questão de *Startups*, mas eu não quero chamar *Startups* que é um termo com o qual já embirro um bocadinho. Mas sobretudo espaços onde jovens que têm uma ideia, que queiram lançar uma ideia, se possam instalar de forma mais simples, ou então formas onde possam comercializar, como é caso das associações que produzem ou alimentares, ou artefactos, ou artesanato, enfim... Estamos em grande ebulição neste momento, a tentar encontrar para já espaços físicos, a tentar encontrar lançar justamente campanhas de informação e de incentivo, e até um novo programa, temos duas agências locais de desenvolvimento, queremos solidificá-las e também já disse isso, e está, aliás, nas nossas GOP, trazer para Almada também aquela marca “O Almada Investe”, porque neste momento é já uma rede, é uma rede importante de vários Municípios, e queremos estar justamente nessa rede, e nesse movimento, de apoio a novas iniciativas.

Senhor João Rocha e o Senhor José Manuel Santos Batista, muito rapidamente. Quero só dizer sobre a questão das AUGI, e depois também passarei a palavra à Senhora Vereadora Francisca Parreira, que foi aliás interpelada, e poderá também dizer-vos mais. Nós temos consciência que ainda há muitas situações de AUGI, isso desde o início, não escondemos esse facto. Também é preciso lembrar que há muitas situações diferentes, e, portanto, não se resolve tudo exatamente da mesma maneira. Também quero



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

dizer que seria bom se fosse apenas a vontade da Presidente da Câmara, mas não é, também há normativos, há normativos legais gerais e há normativos regulamentares, até do próprio Município. É preciso encontrar as soluções e é preciso identificar os maiores problemas, e caso seja necessário enfrentar a necessidade de alterar normativos. É esse trabalho que também estamos a tentar fazer, identificar exatamente o que é que é preciso alterar, estas questões não se resolvem, nem se poderiam resolver em democracia, apenas por despacho.

Senhor Alfredo Santos. É verdade, eu não me espanto, que tenha ido ao Museu da Cidade, e confirmo que neste momento a exposição permanente não está, até porque nesse espaço está a ser montada uma exposição retrospectiva do Pintor Albino Moura, que tem uma grande relação com Almada.

Dito isto, também é verdade, que infelizmente, e eu também vi a exposição e percebo que tenha grande ternura por essa exposição, mas já muito pouca gente ia visitar essa exposição. E o Museu da Cidade precisa de um novo *elan*. A ideia não é de fazer desaparecer aquele material, a ideia é repensar a forma como se vão constantemente fazendo novas exposições sobre a Cidade, exposições temáticas sobre um bairro, ou exposições temáticas sobre uma época. Neste momento os museus também têm outra possibilidade de mostrar exposições e espólios permanentes, é essa reflexão que eu pedi à Divisão de Museus para fazer, ao Dr. Luís Pequito, e que o está a fazer e muito bem, e estamos a repensar de alguma maneira, em função daquilo que são também os novos museus da cidade. Os museus da cidade, não podem ser apenas um espaço onde se mostra uma exposição que não muda sobre a cidade, tem que ser o centro da reflexão sobre a própria cidade, sobre aquilo que é a Cidade, que se constrói em permanência, com as pessoas que nela habitam. Estes é que são os novos conceitos dos museus da cidade, no sentido de lhes dar mais vida, de os tornar mais atrativos. Eu percebo que leve lá as pessoas que vêm de fora visitar, mas também era bom, que fosse um espaço em permanência para os almadenses, e onde os almadenses se pudessem em permanência reencontrar.

Portanto, quero por um lado descansá-lo, o espólio do Museu da Cidade, não vai desaparecer, provavelmente vai reaparecendo em permanentes novas exposições, haverá certamente também, muito graças a questões digitais, eu espero, onde as pessoas possam sempre ver, mas de facto a ideia, é ter um outro dinamismo no Museu da Cidade, que é um Museu maravilhoso, um espaço fantástico, e que estava de facto com taxas de frequência, mesmo graças às escolas, mesmo assim, taxas de frequência, cada vez mais baixas, aquele espaço não merecia de alguma maneira, as taxas que estava a ter.

Aproveito para dizer, espero que tenha gostado, que já tenha visto, a belíssima exposição sobre o Romeu Correia, e eu estou certa, que para próxima exposição sobre Albino Moura também será muito bela, onde justamente haverá toda uma parte em que o Pintor pintou Almada. Porque o Museu da Cidade, é também a forma como os nossos artistas, olham para a nossa Cidade. E também, lembrar que ainda este ano,



vamos ter outra grande exposição no Museu da Cidade, que é uma grande exposição sobre o rock, todos nós sabemos que Almada é a Cidade onde nasceu também o rock português. Portanto, quero descansá-lo, confirmo de facto, que o Museu está em ebulição, e está a ser pensado, quero descansá-lo, o espólio não se perde, vai reaparecer de várias maneiras, mas era preciso inovar e espero que assim possamos trazer de novo os almadenses ao seu Museu, porque o Museu da Cidade é o Museu deles”.

5.2.2 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria dar nota que uma das grandes prioridades que temos é tentar resolver um problema, que é um problema não só nacional, é um problema europeu, que é o problema chamado “Jovem NEET”, que são os jovens que neste momento não se encontram nem a trabalhar, nem em formação e não estão em qualquer percurso escolar. E, portanto, esse é um problema tremendo que temos na Europa, sabemos, os jovens todos sabem, o quão difícil é ingressar no mercado do trabalho, aquilo que a Câmara de Almada tem estado a desenvolver desde há algum tempo a esta parte, é tentar criar um plano municipal para a qualificação e para o emprego, que olha particularmente para os jovens, que procura disponibilizar ofertas formativas que existem, mas que muitas vezes não são visíveis, e o grande objetivo é qualificar os jovens para que eles possam de uma forma se calhar mais robusta, encontrar resposta para os desafios que hoje têm em relação ao mercado do trabalho.

Portanto, esta é uma das medidas que estamos a tomar, para além disso estamos também a discutir o que é que pode ser feito ao nível das casas de juventude, no âmbito da formação, ao nível das *softskills*, daquelas competências mais elementares, das competências chave, para os nossos jovens, e também das competências mais duras, e criar também todas as medidas que conseguirmos para fixar postos de trabalho no Concelho, naturalmente respondendo às necessidades de todos, mas de forma particular dos jovens”.

5.2.3 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero dizer aos nossos munícipes que aqui deixaram referências à questão da Lei do enquadramento das AUGI, que este Executivo Camarário está a trabalhar no sentido de definir uma estratégia para a resolução casuística de cada uma das AUGI. Dar nota que, ao longo deste período, tivemos o cuidado de receber todos os proprietários que solicitaram reuniões à Câmara, e todas as administrações das AUGI do nosso Concelho, e quer das AUGI, quer dos lotes destacados, que são de facto uma preocupação também ao nível do território, e deixamos também o compromisso, o senhor Batista sabe que assim é, o senhor João Rocha também o sabe, de podermos analisar uma estratégia, que dê algum equilíbrio na resolução



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

dos problemas de todos os dias destes aglomerados de génese ilegal. Desde logo porque sabemos que há questões de equidade e de tratamento e de justiça material também relativamente à questão da resolução das AUGI. E porquê? Porque há de facto muitos comproprietários que tendo vindo a pagar as infraestruturas, ou a parcela que lhe competia e a ceder terrenos, não têm problemas resolvidos ainda hoje. O levantamento genérico já estava feito, quando chegamos à Câmara Municipal, mas é preciso fazer um levantamento casuístico, que identifique em diferentes tipologias as AUGI, desde logo porque sabemos que há umas que são de fácil resolução, e o Município deve ter uma atitude pró-ativa no sentido da sua resolução, há outras que implicarão naturalmente mais atos administrativos ou outros com maior dificuldade, e há que haver também a coragem política, de assumir que há AUGI no concelho que nunca terão resolução por via daquilo que é a malha territorial que encontramos. Portanto este levantamento fininho está a ser feito, e nós prometemos nesta área, que a resolução em termos de enquadramento jurídico, não estaremos acima da Lei, a Lei das AUGI é para aplicar, mas em termos de enquadramento jurídico serão encontradas soluções casuísticas que possam naturalmente servir os comproprietários, numa atitude mais pró-ativa e menos reativa, não podemos ficar à espera que sejam os comproprietários a promover a resolução dos processos, a Câmara deve implementar medidas também, para a resolução destes mesmos processos. E é isto naturalmente, que é a estratégia definida no âmbito da Lei das AUGI, por parte do Município de Almada”.

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia, em continuação da reunião ocorrida no dia 27 de abril de 2018.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.14 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal.

6.1.1 – Para apresentação da informação da atividade municipal usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e os/as Senhores/as Vereadores/as João Couvaneiro, Francisca Parreira, Teodolinda Silveira, Nuno Matias e Miguel Salvado.

6.1.1.1 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito breve, até porque gostaria de passar a palavra também aos Senhores Vereadores, para poderem destacar da sua parte, alguns dos aspetos da atividade da Câmara, neste primeiro trimestre. As atividades estão aqui todas mais ou menos esplanadas, quero só muito rapidamente lembrar, que o grande desafio deste Executivo, e como sabem, este foi um trimestre especial, também foi o trimestre durante o qual tivemos que fazer o orçamento, ao mesmo tempo garantir que as atividades que já estavam em curso nada parava, e, felizmente, só pararam aquelas que nós decidimos parar, isso é um



facto, mas de uma maneira geral, todos os compromissos assumidos foram cumpridos, e é algo que me alegra muito particularmente. E, dar nota aqui muito brevemente, das reuniões estratégicas que nós, nem todas as pusemos aqui no relatório, porque de facto são reuniões, mas que me parecem muito importantes serem aqui comunicadas. Eu tinha dito desde o início, que queria que os relatórios de atividades, só apresentassem aquilo que já está feito, que é essa a nossa obrigação.

Mas quero, no entanto, salientar aqui duas ou três reuniões estratégicas, muito importantes, para a resolução de velhos problemas. A primeira das reuniões importantes foi com o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, para debatermos 3 (três) grandes questões. Uma é a questão do Ginjal. Como sabem, o Plano de Pormenor do Ginjal foi agora apresentado, ainda está um problema subjacente para se poder evoluir, que é a questão do terreno do Centro Paroquial, e, portanto, já está em vias de resolução. Outra das questões mais prementes, e que é um tema sensível, é de facto a questão da Torre Velha. Também falamos dessa questão, porque a Torre Velha, o espaço, o Lazareto foi vendido e impediu o acesso à Torre Velha, e, portanto, foi organizada justamente já uma visita com representantes da Direção Geral do Património Cultural, com o representante da Direção Geral do Tesouro e Finanças, com os representantes dos proprietários do Lazareto e obviamente com os serviços da Câmara. Da mesma maneira levantamos a questão relativa ao Olho de Boi e à Quinta da Arialva. A Quinta da Arialva é privada, mas a questão do Olho de Boi, grande parte é gerido pelo Estado, e não pode estar na situação em que está. E, obviamente, a questão da CostaPolis. CostaPolis, também com quem temos tido sucessivas reuniões e muito intensas, porque está em fase de desmantelamento, e, portanto, é preciso ver exatamente como é que se faz a repartição daquilo que era o espólio da CostaPolis, e sobretudo ver aquilo que não se fez no âmbito da CostaPolis, que é algo mais grave ainda. Mas, graças a essa boa colaboração, inclusivamente, com o Tesouro, foi possível preparar a época balnear, fazer as obras necessárias dos acessos à praia, a CostaPolis já tinha indicações de não fazer mais nada, nada, e portanto foi possível convencer da necessidade, até porque tínhamos o Caparica Surf Fest, de assegurar algumas das obras que eram essenciais, e, fazer também uma grande reunião alargada para a preparação de toda a época balnear, onde também estive a APA, estive a CostaPolis, a Capitania, os Bombeiros, o Instituto de Socorros a Náufragos, e obviamente a Câmara em todas as suas vertentes, para podermos preparar condignamente e atempadamente, toda a questão da época balnear. Outra das questões importantes que eu também queria deixar aqui, relativa a outro assunto premente, que é a Estrada Florestal, para a qual aliás, há uma verba na CostaPolis para a sua reabilitação, mas infelizmente, para surpresa nossa, o problema é que a Estrada Florestal ainda não está nos domínios da Câmara, nem houve qualquer pedido específico que nos transmitissem, ainda está num limbo algo confuso, relativo à subconcessão do Baixo Tejo. Portanto, nós queríamos avançar já com o projeto da Estrada Florestal, só que não pertence à Câmara por enquanto. Essa questão aliás, também foi levantada noutra reunião, com as Infraestruturas de Portugal, onde



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

também tivemos ocasião de falar de dois assuntos prementes, e há um muito importante que eu quero deixar aqui, que tem a ver com a IC20 e com a chegada à Costa da Caparica, e muito particularmente, com a ponte pedonal, estando a Câmara a fazer grande, grande pressão, junto das Infraestruturas de Portugal, a dizer que tem que haver uma resolução muito rápida, aquela ponte não pode continuar fechada para a segurança de todos os munícipes. Mas, também, outra das questões é, houve um apelo do Ministério das Infraestruturas, para candidaturas a outras obras de infraestruturas a serem levadas a cabo, e também para nosso espanto, Almada não propôs nada, portanto, nós propusemos justamente, estamos a propor, estamos agora a fechar os projetos, de propor também às Infraestruturas de Portugal, outras obras, nomeadamente, novos acessos à A2, de modo a desanuviar o Centro Sul, todos nós conhecemos o grande drama do Centro Sul. Muito rapidamente também, dar nota das reuniões da Área Metropolitana de Lisboa, temos 3 (três) grandes assuntos, têm sido muito intensas, inclusivamente, houve uma cimeira muito importante entre a Área Metropolitana de Lisboa, e a Área Metropolitana do Porto, estamos a falar de 3 (três) grandes questões, a questão da mobilidade, a questão dos novos contratos de concessão para tudo o que é transportes viários, e também ferrovia. A questão da descentralização de competências, e aqui também nestas 3 (três) questões, quero saudar, o espírito consensual e de entendimento entre todos os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, e obviamente, a questão dos novos fundos, ainda da reprogramação dos Fundos de Portugal 2020, e dos novos Fundos do Portugal 2030. Salientar também as reuniões com a Secretária de Estado da Habitação para a questão dos novos fundos, Almada precisa urgentemente, isto tem sido muito debatido, de uma política ativa e de um projeto muito claro ao nível da habitação. E é esse novo programa que está a ser neste momento construído com base naqueles fundos que são necessários forçosamente.

Relativamente à Margueira, permitam-me também dar nota aqui da viagem que fiz, foi a única viagem que fiz nestes três meses, à grande Feira do Imobiliário, em Cannes, juntamente com a Baía do Tejo. Obviamente o grande interesse, era os terrenos da Margueira, mas não só, também foi a ocasião de promover neste grande certame Almada, e pude constatar o imenso interesse de muitos investidores pelo nosso Concelho. Aproveitando a viagem para ser tudo numa lógica de economia, também me permitiu, que fosse a Lyon ver toda uma grande reabilitação, de uma grande área industrial junto aos dois Rios, o Ródano e o Saône, que é um grande projeto chamado o Confluen e da mesma maneira, fomos visitar também, toda a reabilitação do Porto de Marselha, e ver como é que esses Municípios, estão a lidar com essas grandes reabilitações, e acho que temos sempre a aprender com isso.

Quero também salientar, a importância do protocolo que foi assinado com a EDP e a Associação de Moradores do 2º Torrão para o fornecimento de eletricidade e para os novos contadores. Por fim, acho que conseguimos num tempo record, com todas as alterações que tivemos que fazer ao protocolo recente,



e quero agradecer aqui a colaboração de todos, e da mesma maneira, uma reunião também muito importante que vai dar frutos, certamente, muito em breve, com a Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna, a Dr.ª Isabel Oneto, relativamente ao Castelo de Almada e o novo Destacamento de Intervenção do Comando Territorial de Setúbal da GNR.

Quero ainda dar nota que também tivemos, e tudo isso já tem protocolo, e, portanto, já está no bom caminho, estamos a finalizar o protocolo, com o Ministério da Justiça e a Secretária de Estado da Justiça, para a possibilidade de vir para Almada um novo Tribunal, e é algo que me alegra muito, sobretudo o novo Tribunal de Trabalho, mas não só, acho que Almada merece ter um Tribunal de Trabalho e sobretudo numa zona que será particularmente importante, que é uma zona que precisa de dinamização, precisa de serviços, e eu espero e não me adianto mais para não agoirar, mas é algo que já está em curso. Para além das reuniões com o Estado Maior do Exército, relativamente a todo o Plano de Cacilhas, à questão do Alfeite, eu aqui os vinte cinco minutos não chegariam certamente para toda esta questão.

Por fim, a Senhora Vereadora falará certamente das equipas de intervenção permanente, que é algo muito importante e quero agradecer.

E só para terminar, eu sei que isto é um tema quente, que tem sido muito debatido, sim temos tido várias reuniões com a REN, sobre a 377, e o enterramento das linhas, como sabem está a ser pensado e finalizado o novo traçado. As razões para este novo traçado eram duas, uma porque o traçado que a Câmara tinha proposto, a REN não aceitava por não ser em zona consolidada, era de qualquer maneira necessário repensar, e outra, porque o projeto que estava e que tinha um financiamento europeu, era exorbitante de custos e o financiamento europeu era apenas de 10%. Portanto, nesse sentido a nossa intenção é reabilitar toda a 377, assim que o desenho tiver estabilizado, eu não disse decidido, disse estabilizado, daremos a conhecer obviamente, esse novo traçado, com todo o gosto, e faremos toda a comunicação que seja necessária.

O RMAMA, de triste nome, ainda temos que mudar, mas as candidaturas aos apoios municipais já abriram, fecharam ontem, portanto, vão ser agora analisadas as candidaturas.

E obviamente deixar só aqui uma nota, que para muito breve também estará aqui o novo Regulamento de Estacionamento de Almada, que foi pedido à ECALMA para fornecer. Estou disponível e passo a palavra aos Senhores Vereadores”.

6.1.1.2 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu começaria por referir as atividades mais ou menos por áreas temáticas. Desde logo uma que está aqui exposta “O Março à Solta”, um conjunto extenso de iniciativas em que procuramos agregar um pacote de



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

atividades muito diversificado, que assumiram aquilo que no passado foi a chamada Quinzena da Juventude, a que quisemos dar uma outra expressão, uma outra imagem, torná-lo se calhar um bocadinho mais ousado, mais coincidente com aquilo que é a irreverência juvenil.

Depois, dar nota também, que tivemos a realização das Férias Jovens da Páscoa, atividade que aumentou o número de jovens envolvidos, naturalmente com uma resposta importante para os jovens carenciados, porque é critério para a inscrição, é critério preferencial.

Depois dar nota do lançamento do Plano Municipal para a Promoção do Sucesso Educativo, “mais leitura, mais sucesso”, e aqui gostaria de dizer que com uma organização conjunta pela rede de bibliotecas escolares, e pela rede das bibliotecas municipais, se desenvolveram mais de 220 (duzentas e vinte) iniciativas durante uma semana para a promoção da leitura.

Gostaria de falar também do projeto “Outras Bandas”, um projeto que vinha naturalmente de trás, nós estivemos a proceder à aquisição de instrumentos musicais, 50 (cinquenta) instrumentos musicais para promover a aprendizagem da música em cinco agrupamentos de escolas. Fizemos também o apetrechamento de escolas, a conclusão de obras, nomeadamente, remoção ainda de situações de fibrocimento, resolver também alguns problemas de instalações elétricas que fomos verificando, conclusão de obras, nomeadamente, no refeitório da Escola da Cova da Piedade. Foram também propostas novas obras.

Quanto às atividades no âmbito da economia, da dinamização económica. Um número muito extenso de reuniões com diversos grupos económicos, com particular incidência nas áreas das tecnologias e também de organizações no âmbito do empreendedorismo social. E, aproveitaria para referir no âmbito do turismo, a participação da Autarquia em duas feiras a FITUR e a Bolsa de Turismo de Lisboa, aqui com uma participação especial das escolas com cursos profissionais na área do turismo, e os jovens tiveram a oportunidade de experimentar, fazer aquela atividade de experiência em contexto de trabalho.

“Costa todo o ano”. Só gostaria de referir o sucesso que foi o Caparica Primavera Surf Fest, apesar do mau tempo, conseguimos ter mais provas do que nunca, mais atletas do que nunca, e foi de facto um enorme sucesso. E a finalização do acordo, digamos assim, que permitirá trazer para Almada, o Mundialito de Futebol de Praia.

Os programas Special Ludus, Alma Sénior, continuaram. As provas de atletismo, o 1º Corta Mato Rui Duarte Silva, o 25º Grande Prémio de Atletismo da Charneca de Caparica, o 1º Grande Prémio de Atletismo do Clube Sargento da Armada, a participação e o envolvimento na 28ª Meia Maratona de Lisboa, o 19º Grande Prémio do Atlântico, o 1º Trail Almada Terra e Mar, e também a realização do 30º Corta Mato Concelhio com quase 2000 (dois mil) alunos a participar nestas iniciativas”.



6.1.1.3 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatório de Atividades está à vossa consideração. No âmbito das atividades que me estão delegadas e que são da minha responsabilidade, dar nota apenas, que, no âmbito da Modernização Administrativa, a Câmara Municipal está a desenvolver um novo modelo de atendimento municipal, onde com uma regra de descentralização, mas aproximando, criará postos cidadão em cada freguesia, onde o cidadão poderá ter disponível, quer serviços desconcentrados da Administração Central, quer serviços municipais, e esse dossiê está em evolução. Aliás, a Senhora Presidente terá anunciado na anterior Sessão, que estávamos a promover este dossiê, e é expectável que até ao final do ano, em cada freguesia, e em locais de atendimento municipal, também propriedade do Município, sejam alocados recursos. Este dossiê é um dossiê que estamos a trabalhar conjuntamente com a Agência para a Modernização Administrativa e estão a ser elaboradas neste momento minutas de protocolo, no âmbito destas relações que contemplam direitos e deveres para ambas as partes.

Dar-vos nota que ao nível do Departamento da Administração Urbanística, mantemos em evolução uma série de processos, que estão devidamente elencados no Relatório de Atividades, relativamente às AUGI, mas queria também relevar de todo esse trabalho, a circunstância ter aumentado exponencialmente, o número de licenciamentos, o número de pedidos de construção, o número de informações prévias, de facto a carga administrativa que está subjacente a esta atividade, é enormíssima, o que denota também, um impulso novo na economia local, que é verdadeiramente importante, e a saída de um período de depressão, e o Município tem de também aqui, ter um olhar atento e uma estratégia de facto, que possa vir impulsionar não só o crescimento económico, mas que possa por outro lado, em termos de estratégia, não impulsionar tudo aquilo que é a construção de estruturas e equipamentos que eventualmente podem implicar menor sustentabilidade e uma menor pressão no território.

Dar nota, que, ao nível do Serviço Veterinário Municipal, já na anterior Sessão se falou sobre esta questão, estamos a desenvolver uma série de projetos em associação com as associações, permitam-me a redundância, do nosso Concelho, no sentido de podermos não só ter serviços mais sustentados, mais amigos do bem-estar animal, como poder desenvolver também, finalmente, o projeto quer da criação do Provedor do Animal, quer o grande projeto de raiz para um canil/gatil no nosso Concelho. Mas, permitam-me relevar toda a atividade que aí está contemplada, a atividade que foi preparada no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Dar-vos nota, de que, estamos a elaborar vários planos de intervenção, e foi neste período que abrimos as candidaturas para o Corpo de Voluntários da Proteção Civil, que cumprem também a missão do Serviço



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Municipal de Proteção Civil. Acompanhamos também, ações de proteção e socorro ocorridas em todo o Município, essencialmente no período em que houve galgamentos e houve também, na área da Trafaria, do 2º Torrão, da Cova do Vapor e da Costa da Caparica, a verificação de intempéries, com medidas de proteção imediatas e de prevenção, que vieram denotar efetivamente que na área de prevenção e do risco, a medida atempada pode minimizar depois o risco associado às questões. E, para além do mais, estamos a apresentar candidatura no âmbito das Cidades Resilientes. Mas, de tudo isto quero dar nota que no âmbito da preparação da época balnear, o Município está neste momento ao nível das associações, e de todas as medidas e todos os meios que está a colocar no terreno, antecipar a época balnear, ela não começará em junho, mas começará já em maio, e está a fazer um investimento que não é equiparável a qualquer investimento feito em anos transatos. No ano passado o Município fez um investimento de aproximadamente 24.000.00€ (vinte e quatro mil euros) para época balnear, e a atual Administração Executiva, está a assumir aqui um custo e um financiamento de aproximadamente 60.000.00€ (sessenta mil euros), o que dá nota de mais e melhores meios que estão associados à época balnear.

Finalmente, estamos a preparar a assinatura de protocolo com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, com vista à criação da equipa de intervenção permanente no Concelho de Almada, na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, que a Senhora Presidente já referiu, equipa essa que será composta por 6 (seis) elementos e a assinatura do protocolo ocorrerá no próximo dia quatro de maio. É uma honra para o Município ter uma equipa de intervenção permanente, sendo certo que também estamos neste momento, a preparar uma eventual criação de uma equipa de sapadores.

Dar-vos nota, porque é importante, e não queria esgotar todo o tempo, que neste momento dos 80 (oitenta) hectares que são competência municipal, que temos obrigações de limpeza de terrenos, e de execução de faixas de contenção, já executaram no ano anterior, foram executadas a limpeza de 25 (vinte cinco) hectares. Está prevista para o ano 2018, a limpeza de mais 35 (trinta e cinco) hectares, o que se quer dizer da área do terreno municipal, a Câmara Municipal está a cumprir os seus compromissos que resultam da legislação que muito recentemente foi aprovada. E ao nível dos proprietários individuais, está neste momento também a sinalizar todas as questões, no sentido de podermos preparar efetivamente para os anos vindouros, um cadastro municipal que é uma lacuna neste Município, que cumpre naturalmente corrigir”.

6.1.1.4 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de mais, trazer aqui um número, que da última vez o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes me perguntou e eu não tinha, mas hoje tenho, que foram recolhidos no 1º trimestre cerca de 23.000



(vinte e três mil) toneladas de resíduos sólidos, o que significa um acréscimo de 243 (duzentas e quarenta e três) toneladas relativamente ao 1º trimestre de 2017.

De uma forma muito rápida, o Relatório está pormenorizado, dizer-vos que na Divisão de Salubridade são duas as grandes linhas de intervenção: reorganizar serviços e recuperar equipamentos. Sempre numa lógica de libertação de recursos, para podermos capacitar para novas intervenções. Reorganizamos os serviços de recolha seletiva que estavam a ser feitos pelo Município e que não são competência do Município são competência da AMARSUL, e com isso conseguimos libertar recursos humanos e equipamentos, que nos permitem fazer não só um apoio maior às freguesias em termos de circuitos de recolhas de verdes e monos, e que nos permitem a nós ter circuitos suplementares para recolha de resíduos em torno dos nossos próprios contentores, papeleiras, etc. que com dificuldade conseguíamos fazer.

Recuperamos para Vale Figueira Parque um compactador de papel e cartão, que nos poupa a deslocação diária ao Ecoponto da AMARSUL, e que significa uma poupança para o Município em pessoal e transporte de mais de 60.000.00€ (sessenta mil euros), que obviamente, vamos aplicar noutras coisas.

Em articulação com a Divisão de Manutenção e Transportes, conseguimos recuperar viaturas que já não serviam para fazer a recolha de resíduos, adaptando-lhes material de lavagem e estamos com eles a lavar ruas, praças, tuneis e até o paredão da Costa. Nestes 3 (três) primeiros meses só para terem uma ideia, lavamos 3.029 (três mil e vinte e nove) contentores de superfície, e de 497 (quatro centos e noventa e sete) enterrados.

Estamos a recuperar varredoras mecânicas para ajudar e fazer circuitos nas freguesias diários, logo que as tenhamos todas recuperadas. Também fizemos desmatação, desmatamos cerca de 68 (sessenta e oito) terrenos, e demos apoio à Proteção Civil quando foi na limpeza das faixas de combustível.

De acordo com as linhas orientadoras estratégicas, fizemos já um estudo prévio, para a alteração do sistema de recolha de resíduos urbanos, para o Município de Almada, com vista a uma candidatura meio, que nós temos, para depois efetivamente conseguirmos mais meios, mais equipamentos, no âmbito do POSEUR.

Implementamos o projeto “A Minha Escola Recicla”, criamos um eco evento e outros se seguirão, foi o Caparica Surf Fest, que para além da sustentabilidade ambiental, dão algum retorno (não é muito) económico ao Município.

E até podermos ter as viaturas que estão para ser compradas, mas que ainda não estão, e até podermos ter efetivamente através das candidaturas verbas para adquirirmos, será sempre esta a linha de atuação.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Reorganizar serviços, recuperar equipamentos, para com o que temos poder dar uma resposta melhor e ter um ambiente mais sustentável.

No âmbito do Departamento de Intervenção Social de uma forma muito rápida. Aprovamos o PMIMA – Plano Municipal de Integração de Migrantes de Almada, foi aprovado na passada sexta-feira nesta Assembleia, com ações até 2020. Organizamos o núcleo das pessoas sem abrigo com a coordenação do Município e envolvendo mais parceiros.

E no âmbito da habitação, como a Senhora Presidente disse, é a nossa grande preocupação, temos de facto alguns programas do Governo que virão ajudar, mas a nossa linha principal da atuação é: perceber que fogos temos devolutos, porque não sabemos. Completamente não sabemos. Se estão, se não estão, se estão devolutos, se está quem está, se está quem não deve estar. Realizar obras, para que aqueles que até alguns deles emparedados, possam de facto ser recuperados para realojamento. E criar sinergias reunindo com todos os que são detentores de habitação pública no Concelho, tentando encontrar forma, sabendo nós, como a Senhora Presidente disse, que os fundos vêm essencial dirigidos à reabilitação e não à construção, termos um maior número de casas que possamos reabilitar, porque é aí que vale a pena concorrer e vale a pena investir. Portanto serão estas as linhas de orientação e estamos em fase de preparação de tudo isso.

Relativamente ao DRH e de uma forma absolutamente telegráfica. Concretizamos o concurso da reserva de recrutamento para a época sazonal, finalizamos o concurso para contratos de trabalho por tempo indeterminado para motoristas e assistentes operacionais das escolas, finalizamos. Demos continuidade à integração os 50 (cinquenta) trabalhadores precários que no próximo mês de maio, deverão estar todos integrados, e aprovamos o plano de formação que corresponde às necessidades identificadas, com 72 (setenta e duas) ações, envolvendo 900 (novecentos) trabalhadores e com um orçamento de 47.000.00€ (quarenta e sete mil euros) e dada a importância e urgência, começa já em maio uma formação sobre o Regime Geral de Proteção de Dados”.

6.1.1.5 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre espaços verdes, dar nota da nossa preocupação de desencadear, cada vez mais, equipas no terreno para a conservação e manutenção dos espaços. Dar nota de que, os serviços têm sido de uma competência e capacidade de resposta notável, e em simultâneo, têm desencadeado em colaboração também com o Departamento de Ambiente, uma campanha de informação, nomeadamente sobre a questão da lagarta do pinheiro, que nós sabemos que é um problema grave, que tem sido acompanhado e que não diz



respeito apenas aos espaço público, mas também privado, e é sobretudo em relação ao espaço privado, e menos cuidado, para o qual é fundamental haver mais informação, sobre como reagir e agir.

Dar nota também que, estas intervenções passaram a ser informadas, de forma mais cuidada, a todos os munícipes. Eu dou o exemplo, a semana passada a equipa de espaço verdes esteve na Quinta da Corvina na Trafaria, e foi dada instrução para que fosse dado explicação aos munícipes, e foi colocada uma informação em cada caixa do correio, sobre o porquê de se estar a fazer a intervenção e qual vai ser o passo subsequente com plantação de novas espécies.

Dar nota também, muito rapidamente, que foi tema aqui nesta Assembleia, foi objeto de análise e aprovação da Câmara do parecer técnico em relação à renovação da licença da SOVENA, à licença ambiental, e, como foi compromisso do Executivo, foi objeto desse mesmo parecer, a máxima exigência, incorporamos tudo aquilo que foram as preocupações que ao longo dos tempos foram desencadeadas, seja nesta Assembleia, seja noutros fóruns.

Dar nota também que, até por razões ambientais e muito daquilo que também foi uma preocupação aqui assumida nesta Assembleia, os serviços da Câmara, têm tido a preocupação de reduzir a utilização de glifosato, o prazo que foi assumido será dezembro de 2019, mas vamos tentar antecipar essa concretização e a redução já é significativa e ela também está descrita neste Relatório.

Dar nota também, e para não me estender muito mais, da preocupação que estamos a ter também no desenvolvimento do projeto “Redes de Hortas Municipais”, este ano irá ser lançada a horta municipal no Laranjeiro, e no próximo ano teremos mais uma.

Iremos também apostar muito este ano na Agenda 21 da Criança, já é uma campanha que já está na rua, e que está intitulada “Queres ajudar a mudar o mundo, começa por Almada”, é um projeto ambicioso que não é novo é verdade, mas que estamos a tentar desenvolver, envolvendo no futuro também, outras gerações numa participação cívica mais ativa.

Dar nota também que o Dia Mundial da Floresta encerrou em si 19 (dezanove) atividades muito relevantes, e que, no âmbito destas comemorações, iniciamos também uma prática que queremos enraizar, que são atividades mais calendarizadas no Parque da Paz, e que começou no dia vinte e quatro de março com a realização do Mercado da Horta, que passará a ser um evento mensal que acontecerá no Parque da Paz.

Para terminar, sob pena de não haver mesmo mais tempo nenhum, dar nota de que, há uma grande preocupação que encontramos, a Câmara Municipal de Almada, tem sobre a sua responsabilidade 54 (cinquenta e quatro) parques infantis. O levantamento que foi feito, é que desses 54 (cinquenta e quatro), à data do início do nosso mandato, 15 (quinze) deles não estavam a 100% naquilo que era o cumprimento das obrigações legais. Fruto disso, não só foram desencadeados um conjunto de intervenções para



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

procurar minimizar estes problemas, para evitar o fecho de muitos deles, mas também está neste momento já concluída uma primeira versão de um plano plurianual de investimentos que irá acontecer ao longo deste mandato, para conseguirmos concretizar uns investimentos mais robustos, nesta obra de proximidade, e que é muito útil para as novas gerações. Dar nota de que, no seguimento desse esforço, foi concluído o Parque Luís Sá aqui bem perto, está neste momento já em concurso o novo parque no Jardim urbano na Costa da Caparica, e será também lançado este ano, na Praceta Camilo Castelo Branco. Mas estamos a fazer um esforço muito significativo, para que se recupere este estado que estava a pôr em causa um conjunto de parques muito significativo do nosso Concelho”.

6.1.1.6 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar também ser sucinto para não consumir o tempo. Em relação aos SMAS, dizer meia dúzia de coisas, até devido ao avançado da hora. Estão a decorrer várias obras de reabilitação, desde o Cassapo, ao Feijó, algumas delas estavam paradas e reiniciaram. Estamos em processo avançado do processo das ARUT – Águas Residuais Urbanas Tratadas, para que elas possam rapidamente começar a ser utilizadas, não só pelos serviços internos da Câmara, como os próprios SMAS, como até outras entidades, inclusive os próprios Bombeiros.

O processo de telemetria da Herdade da Aroeira, já está a começar a dar resultados, nós próprios já estamos a colher frutos desse investimento que começou em janeiro e que neste momento já nos começa a dar vários resultados, vários indicadores para a gestão não só daquela área, mas como de outras de fornecimento de água. Tem havido um grande esforço por parte dos nossos serviços de uma rápida reparação não só de ruturas de condutas adutoras, como até de pequenos buracos, pequenas situações que vão surgindo nas vias públicas e que são da responsabilidade dos SMAS.

Iniciamos entre muitas obras que estão elencadas aqui nas nossas empreitadas, do nosso Departamento de Projetos e Obras, mas há uma que eu gostaria de realçar, que é a rua de S. João às Quintinhas, que é uma rua, que apesar de não ser muito grande, era uma rua que há mais de trinta, quarenta anos, que não tinha saneamento, e que continuava a funcionar só a nível das fossas. Já lançamos a obra, já começou, já está no terreno, temos estado com os moradores a acompanhar, porque dali ainda vamos partir para outra, que também está la ao lado, e basicamente é tentar chegar àquelas pessoas que realmente precisam.

A nível da Câmara, tem havido um esforço muito grande também na intervenção e na reparação de buracos das nossas vias, estamos a trabalhar num plano abrangente já de reparação e de pavimentação, para algumas freguesias que têm problemas mais complicados, como o caso da Charneca, Sobreda,



algumas áreas também da Caparica e da Costa da Caparica, bem como aqui uma outra área da Cidade, e aqui uma rua também muito importante da Freguesia do laranjeiro. Estamos em andamento com o plano de renovação da frota. E, para terminar, não me querendo alongar, depois naturalmente estou disponível para qualquer tipo de esclarecimento, inclusive dos SMAS, que há aqui muita, muita, informação da qual eu vos poderia falar e de um trabalho imenso que tem sido feito. Mas, gostaria de salientar, um projeto que para nós também é vital. A Senhora Presidente, e bem, já falou da Estrada Florestal, mas há duas situações, uma delas vai partir rapidamente para projeto, que estava parado em anteprojecto, não sei há quanto tempo, que tem a ver com a Avenida do Mar, provavelmente este mês arranca a fase de projeto final, para iniciarmos também com alguma rapidez, toda a reparação e beneficiação da Avenida do Mar, e também algumas transversais, mas agora não vos queria também alongar muito nisso. E dar um sinal que acho que a Câmara aqui também tem alguma responsabilidade. A Fonte da Telha é uma zona complicada, é uma zona que tem graves problemas e que é uma zona altamente utilizada, e que tem uma afluência enorme de pessoas na época balnear. A Câmara decidiu, na nossa opinião bem, intervir e rapidamente pelo menos começar já pela descida da Fonte da Telha, que está num estado miserável, nós já temos autorização, vamos intervir, vamos reparar, tentar que essa intervenção esteja pronta antes do início da época balnear, ainda hoje os nossos técnicos estiveram no local, e também criar ali condições de melhor articulação da circulação do trânsito, principalmente naqueles picos do verão em que as pessoas utilizam, e bem, as praias da Fonte da Telha. Mas depois está ali uma grande dificuldade de mobilidade e às vezes chegam a ser horas e horas e horas. Por isso, é uma situação que nós rapidamente queremos resolver, até para dar um sinal não só às pessoas que usufruem da Fonte da Telha, como aos moradores, que realmente há uma preocupação de começar a intervir naquele território.

E para já, aguardo depois outros pedidos de esclarecimentos”.

6.1.2 – No debate usaram da palavra os Senhores/as Deputados/as Municipais João Geraldês (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Augusto Proença (PSD), Sónia Faria (PSD), José António Rocha (BE), Henrique Margarido (PS), Carlos Guedes (BE), Carlos Revés (CDU), Elisabete Pereira (CDU) Sandra Branco (PAN), Sérgio Bastos (PS), Henrique Guisado (PSD), José Lourenço (CDU) e os Senhores/as Vereadores/as Miguel Salvado e Teodolinda Silveira e a Senhora Presidente da Câmara.

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O documento Informação sobre a Atividade Municipal referente aos meses de janeiro, fevereiro e março do corrente ano 2018 que apreciamos é uma competência da Assembleia Municipal, que resulta da determinação legal consagrada na alínea c), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

fixada nos seguintes termos: “apreciar em cada uma das Sessões Ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, (no nosso caso é da Presidente da Câmara Municipal), acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia Municipal, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias sobre a data do início da Sessão”.

Os Eleitos da CDU não podem deixar de notar negativamente, e lamentar, que, tratando-se a Assembleia Municipal de um Órgão Político, o documento em apreciação não se constitua precisamente, como um documento de apreciação e de avaliação política da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal, antes apresentando-se como repositório da informação, que reputamos necessariamente relevante e importante, produzida pelos diferentes serviços da autarquia.

Os eleitos da CDU lembram que no mandato anterior, precisamente por exigência e insistência dos grupos municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, que hoje constituem a maioria e integram o Executivo Municipal em Almada, foi introduzido neste documento uma síntese de apreciação e avaliação política relativa às atividades desenvolvidas, através de uma introdução assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, a qual constituía precisamente a primeira parte do documento.

A questão que colocamos à Senhora Presidente da Câmara Municipal, é porque razão decidiu eliminar esta componente da apreciação política que, simplesmente, desapareceu do formato do documento que agora nos é colocado à apreciação, e se tenciona, no futuro, retomar aquela que é sem dúvida, uma boa prática, e um importante contributo para a apreciação deste documento, pelos Senhores e Senhoras Deputadas Municipais.

Não está escrito, mas eu aproveito para dizer o seguinte: A Senhora Presidente da Câmara, deu-nos aqui informação sobre um conjunto vastíssimo de atividades que a Câmara desenvolveu neste trimestre, eu registei apenas alguns. O Ginjal, reuniões com a Secretaria de Estado do Tesouro, a Torre Velha também com a Secretaria de Estado do Tesouro e Direção Geral do Património Cultural, o Olho de Boi, a Quinta da Arealva, a CostaPolis, a Estrada Florestal. Nem uma única destas informações está no documento que nós estamos a apreciar. A pergunta que nós fazemos, é se deviam ou não deviam estar no documento que nos foi distribuído em termos escritos, e se devia ou não devia haver essa nota de carácter mais político na apreciação que fazemos da atividade municipal”.

6.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Informação que a Senhora Presidente nos traz aqui, neste Relatório e que foi também apresentada por parte dos Senhores Vereadores, espelha bem aquilo que tem sido os últimos 3 (três) meses deste novo



executivo, demonstra efetivamente uma nova forma de trabalho e um afinco muito maior daquilo que tem, e a que os almadenses têm estado habituados ao longo destes últimos quarenta anos.

Contudo, como é evidente, há muito por fazer, muito ficou por fazer, e aquilo que nós queremos realçar neste caso, é algumas informações que a Senhora Presidente da Câmara aqui deixou, nomeadamente, as questões que têm a ver com a segurança. Neste caso, ficamos bastante satisfeitos com a informação que a Senhora Presidente deixou relativamente à necessidade e à intervenção que poderá e deverá ser feita junto do Castelo de Almada, libertando o Castelo de Almada para usufruto da população. E também, relativamente à questão, que, neste caso não sabemos se foi fruto dessa mesma conversa, mas, preocupamos também, o andamento das questões relativamente ao Quartel da GNR da Trafaria, e questões que têm a ver com viaturas da PSP de Almada, que também é um dos problemas que afeta esta mesma corporação. Portanto, Senhora Presidente, não sei se foi fruto dessa mesma conversa, mas, é um caso que está em cima da mesa e que gostaríamos também em nome de todos os almadenses, que a mesma situação fosse efetivamente resolvida.

Depois, satisfaz-nos também a informação relativamente às questões que têm a ver com a época balnear, deixando neste caso um sinal positivo relativamente à abertura da época balnear para o mês de maio, como o CDS-PP, já há uns anos tinha vindo, neste caso, era seu desejo, não só do CDS-PP, como é evidente, mas em nome de todos os almadenses, e daqueles que nos visitam na Costa da Caparica e visitam o Concelho, e que é fundamentalmente um ex-libris não só de Almada, mas de toda a grande região de Lisboa. Ainda relativamente a questões que têm a ver com época balnear. Senhora Presidente faltam, e é uma necessidade que temos auscultado junto das populações, faltam nalguns apoios de praia, chuveiros, para que se possa complementar, digamos assim, um melhor serviço a quem nos visita, são reivindicações de há muito por parte das populações, e era fundamental que essa mesma situação também fosse resolvida.

Para terminar, também foi falado aqui por parte do Senhor Vereador, relativamente aos parques infantis. Também gostaríamos de saber se nessa mesma requalificação e na homologação, digamos assim, porque parece que algumas situações não estão dentro, enfim, não quer dizer dentro da Lei, mas talvez não tenham a homologação devida, para que eles possam ter as condições de segurança para o melhor funcionamento, é relativamente às questões que têm a ver com os aparelhos adaptados para crianças portadoras de deficiência, que era importante que fosse englobado nestes parques infantis”.

6.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Augusto Proença (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu tenho só duas ou três perguntas relativamente à Senhora Presidente, e dar-lhe-ei naturalmente o tempo necessário para poder responder.

Na reunião da Câmara Municipal, realizada a 10 de novembro de 2017, foram aprovadas 3 (três) propostas apresentadas pelo PSD. Uma pela criação de um portal da transparência municipal, a segunda pela transmissão direta das reuniões da Câmara e a terceira por uma auditoria financeira e de gestão. Naturalmente nós gostaríamos de saber o estado da arte relativamente a estes três aspetos.

Um segundo aspeto tem a ver com o que a Senhora Presidente, na semana passada nos falou sobre o canil/gatil da Aroeira, e de alguma forma, todos ficamos mais ou menos preocupados, com o estado em que as coisas estão, nomeadamente, as dificuldades que a Associação de Amigos dos Animais está a ter relativamente à alimentação dos animais. O que é que a Câmara está a fazer relativamente a esse aspeto, dado que é uma preocupação de todos nós.

O terceiro aspeto tem a ver com a zona da Costa da Caparica. A Costa da Caparica, já o ano passado, (o ano passado e há dois anos creio eu), teve uma carga de areia relativamente a algumas das praias. Começa novamente a verificar-se que algumas delas estão a desaparecer. O que é que a Câmara pode fazer junto do Governo para que não se repita aquilo que nós tivemos, que é, pura e simplesmente, estarmos na época balnear sem praias, e pode acontecer com a erosão que de alguma forma está a acontecer.

Eu ainda acrescento uma última questão, que tem a ver com os concursos para as concessões de transportes públicos. A Senhora Presidente disse que está a equacionar junto das autoridades correspondentes, só que o processo começa a demorar um bocadinho. E, portanto, o demorar um bocadinho quer dizer que, na realidade, não vai haver concurso que não seja manter os atuais, porque se não houver tempo, é evidente que só os atuais é que podem permanecer dentro da atividade”.

6.1.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Faria (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho então colocar algumas questões, nomeadamente em relação ao relatório de Atividades dos SMAS, o qual nós congratulamos todo o trabalho que já tem sido desenvolvido, sendo este um serviço de excelência da nossa Cidade.

Assim, analisando o relatório de Atividades e nomeadamente analisando a respetiva execução orçamental, gostaríamos de perceber quais os intuitos sobre os processos de gestão de dívida, os quais já foram referidos na reunião passada, nomeadamente a dívida de terceiros dos SMAS, e quais são os seus planos de resolução.



Uma segunda questão que também gostaríamos de tentar perceber tem a ver com o Departamento de Projetos e Obras, uma vez que temos percebido que tem havido alguns problemas também, no caso da Cidade de Almada, do centro. Percebemos que já houve o início das obras na Bernardo Francisco da Costa, mas gostaríamos também de perceber quais são as perspetivas de futuro, em relação às obras e projetos dos SMAS.

Finalmente, e no que concerne ao processo do SIADAP, e o descongelamento das carreiras dos trabalhadores dos SMAS, gostaríamos de perceber, qual tem sido a sua implementação em relação a este processo”.

6.1.2.5 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Já muita coisa aqui foi dita hoje, o Bloco de Esquerda não podia deixar de trazer a esta Assembleia, neste espaço de intervenção, algumas situações que visam sobretudo, mas não só, o parque habitacional do Município. Porque é uma situação que nos preocupa, e muito.

Em relação a este tema, dizer que lemos atentamente a informação que nos chegou, sobre a atividade municipal, onde vemos referenciado de facto, o início de análise do parque habitacional. Desejamos e esperamos, que essa análise, esse estudo, seja feito com celeridade, de forma a dar início a uma série de intervenções tão necessárias quanto urgentes, quer a nível de interiores, quer a nível de exteriores das habitações, nomeadamente, problemas de infiltrações, canalizações, pinturas etc.

E aproveitando o facto de esta Assembleia se realizar no Laranjeiro, iniciamos esta abordagem mencionando alguns dos bairros destas Freguesias Laranjeiro Feijó. Bairro de São João, Bairro de Santo António, Bairro da rua Almada Negreiros, todos esses Bairros carecem de intervenção bastante significativa e com carácter de urgência. Chegadinho, Rato, existem projetos de intervenção, qual o ponto da situação?

Passeios. Na Alameda Guerra Junqueiro, na proximidade da Escola António Gedeão e na rua da Alebrança, em frente à referida Escola, têm-se debatido vezes sem conta nas Assembleias de Freguesia. É necessário de facto esta intervenção porque os alunos passam por ali, isto é mesmo encostado à Escola António Gedeão, e de facto, aquilo não tem passeios nenhuns, e isto já tem sido debatido muitas e muitas vezes, nas Assembleias de Freguesia, sempre adiada a intervenção, sempre protelada, e vai-se eternizando de facto um problema que há muito tempo deveria ter sido solucionado. A Senhora Vereadora Teodolinda focou aqui uma situação que é de facto real, e que nós, com alguma frequência, os Deputados do Bloco de Esquerda visitam esses bairros sociais, e na rua Febo Moniz há um prédio que está exatamente na situação que a Senhora Vereadora mencionou, tem as janelas emparedadas, está



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

desabitado, no r/c estavam situadas as instalações da ARPILF – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Laranjeiro Feijó, uma habitação onde se podia albergar 8 (oito) famílias, não é um caso de somenos importância, são 8 (oito) famílias que poderiam ter casa, está desocupado e tem as janelas emparedadas. A pergunta que se impõe è: que futuro para este prédio? Está previsto algum tipo de intervenção? É evidente que o Bloco de Esquerda não pode deixar de questionar o Executivo sobre estas situações.

Por último, eu queria focar aqui um caso, que quanto nós, assume uma gravidade enorme, que é um caso no Bairro do 1º Torrão, na Trafaria. Para além de ser necessário a intervenção nalgumas das casas deste bairro social, na Trafaria, no 1º Torrão, a situação que aqui vimos expor, tem a ver com: os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda, respondendo à solicitação da Dona Anabela Rosa Oliveira, visitamos a habitação onde reside com dois filhos, e este caso é gravíssimo porquê? Porque esta Senhora tem uma doença do foro oncológico, os filhos são os dois doentes, um deles também com doença do foro oncológico, nós visitamos essa casa, e deparamo-nos com uma situação no mínimo constrangedora, porque de facto aquela casa, o anexo ainda tem o telhado de fibrocimento, os tetos estão completamente cheios de humidade, cheios de bolor, e aqui o Bloco de Esquerda não vem fazer um alerta, o Bloco de Esquerda não vem chamar a atenção, o Bloco de Esquerda aqui exige que o Executivo tome as devidas providências, porque de facto, é essa a sua responsabilidade e não só, é sua obrigatoriedade, zelar pelos cidadãos, e muito mais, por aqueles que mais necessitam, os mais carenciados, e aqui já está em jogo a saúde das pessoas.

Queremos acreditar Senhora Presidente, que vamos obter resposta para estas situações, queremos acreditar que não vai acontecer o mesmo, não vai cair no esquecimento, como aconteceu com os painéis de arte pública, que trouxemos aqui como recomendação, que foi votado aqui por unanimidade e que até agora não obtivemos qualquer tipo de resposta. E já agora, se for possível, gostaríamos também de ter alguma informação em relação a esse tema”.

6.1.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No documento “atividade municipal”, referente ao 1º trimestre de 2018, saliento o facto de ser um relatório detalhado, com informação qualitativa e objetiva, que permite uma monitorização e um escrutínio mais transparente e efetivo, sobre o trabalho do executivo. Demonstrando que é possível prestar contas de forma credível, respeitando aliás o trabalho e as funções que são acometidas à assembleia municipal; exemplo claro disto, é a identificação financeira de alguns projetos/investimentos relatados e a quantificação do número de pessoas abrangidas nas iniciativas, dou também os meus



parabéns aos funcionários pelo trabalho técnico e de apresentação pela sua elaboração. É um orgulho para todos nós, os que dão os seus saberes e tempo, em prol dos outros, independentemente das organizações políticas ou outras, a que pertencem. É necessário que os responsáveis políticos, e também os autarcas implementem uma gestão amiga das famílias e dos cidadãos, e que, de mãos dadas, promovam o bem-estar e a qualidade vida dos seus munícipes.

No projeto definido pelo executivo para o nosso município, a educação, a formação, a saúde, a solidariedade e o social, mereceram uma atenção especial e um investimento forte.

O executivo camarário nas comemorações do dia Internacional da Mulher, abordou a temática da igualdade de géneros da seguinte forma:

- Mencionar as diversas áreas da vida da comunidade – cultura, desporto, artes plásticas, família, trabalho, as construções sociais que impedem o progresso para a igualdade;
- Celebrar conquistas e valorizar o papel das mulheres no desenvolvimento da arte, da ciência, da cultura e do desporto;
- Focalizar as iniciativas numa perspetiva de promoção da igualdade de género.

No domínio desporto, foram concretizadas duas iniciativas: “Pedalar pela Igualdade” e “Salto para a Igualdade”, com o objetivo de integrar no quadro de ações desportivas, a dimensão de promoção da igualdade de género, sensibilizando os participantes para a adoção de comportamentos de cidadania foi o objetivo, que presidiu a estas iniciativas.

Foi realizada, pela 1ª vez, campanha Pública de Sensibilização que procurou, através da divulgação de indicadores estatísticos, revelar a realidade das situações de desigualdade que permanecem na atualidade, apesar dos progressos verificados no plano da Igualdade de Género. Com recurso a uma imagem de proximidade - fotografia de rostos de mulheres do concelho – algumas com particular reconhecimento público, em áreas como a ciência e a administração, a campanha divulgou informação sobre mulheres na investigação, na divisão de tarefas, em cargos de decisão e no trabalho. A campanha utilizou como suportes a rede de outdoors, o site da Câmara e outros suportes comunicacionais em formato papel como o Programa das Comemorações do Dia Internacional da Mulher. A divulgação das Comemorações foi efetuada através de Notas de Imprensa para a Comunicação Social, site da Câmara, Redes Sociais e envio da programação em suporte digital.

No âmbito do Envelhecimento Ativo é da maior importância as parcerias com as forças vivas do concelho. E com elas, melhorar a qualidade de vida da população e criar sinergias no apoio a todos os munícipes, desde os mais jovens aos menos jovens. Colocando os equipamentos municipais ao serviço da população, através de cedências pontuais, às instituições ou outras forças vivas do concelho; como exemplos “Café



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Memória” ` iniciativa da Associação de Doentes de Alzheimer ou Acolhimento no Convento dos Capuchos, do Recital Lions Clube Almada-Tejo, concerto de solidariedade para apoiar o trabalho desenvolvido na Associação Rumo ao Futuro.

No âmbito do turismo: A promoção da Costa de Caparica enquanto destino turístico estratégico para o desenvolvimento económico do Concelho requer a qualificação e valorização geral das suas áreas naturais e urbanas e o reforço da sua integração no “touring” cultural e turístico de Lisboa.

Planeamento, programação e preparação da instalação do Estádio Multiusos da Costa de Caparica, para desenvolvimento de diversas modalidades de desportos de praia, entre os meses de maio a setembro de 2018, onde se realizará o Mundialito de Futebol de Praia 2018.

A câmara não se limita a fazer o que deve fazer. A câmara faz melhor com os mesmos recursos.”

6.1.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A intervenção que aqui trago é muito curta e são questões muito concretas, e uma delas suscitada pela Senhora Presidente.

Em relação à REN, e às Linhas de Muito Alta Tensão, nós gostaríamos de perceber o que se passa. Nós fazemos uma pequena resenha histórica que se resume ao seguinte: no anterior mandato foi votado um acordo nesta Assembleia Municipal, e o Bloco de Esquerda foi o único Partido que votou contra esse acordo. Neste momento não percebemos o que é que se está a passar, e não percebemos da sua intervenção, Senhora Presidente, mesmo o que é que se vai passar, e queríamos ser informados sobre isso, porque é algo que nos preocupa, e que naturalmente preocupa uma parte da população, porque não percebemos que parte da população é que vai ser afetada por essas Linhas de Muito Alta Tensão, ou não.

A outra questão é uma questão também muito concreta, há queixas, principalmente no eixo central de Almada, onde passa o metro, pelo ruído que a passagem do metro provoca. A partir das 4H30, 5H00 da manhã até ao final do horário de funcionamento do metro, o barulho incomoda quem ali vive, e incomoda ao ponto das pessoas já não estarem a usufruir das suas casas, com a qualidade que naturalmente necessitam e merecem. Portanto, o que é que este Executivo está a fazer, no sentido de obrigar, e neste momento é mesmo obrigar, o concessionário a proceder aos arranjos e às obras que são necessárias naquela zona, e se calhar em toda a linha do metro”.

6.1.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal, comungam, estamos absolutamente certos disso, da preocupação e necessidade em garantir no quadro das atribuições e responsabilidades próprias do Município, as melhores condições de atratividade para o investimento reprodutivo no nosso Concelho, para criação de emprego, e para a geração de novas e maiores receitas municipais.

A atual maioria PS/PSD nos órgãos municipais tem afirmado sucessivamente esta preocupação com ênfase, e recorrendo a uma determinação discursiva muito acentuada, reafirmando com frequência o seu compromisso com este objetivo. Sucede que a informação sobre a atividade municipal referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018 que nos é presente, é relativamente parca, quanto ao desenvolvimento de atividades novas, e com isto queremos dizer, para além das que já eram realizadas no mandato anterior, relacionadas com este domínio de preocupação. E, portanto, colocamos as seguintes questões à Senhora Presidente:

A página sessenta da Informação que nos é presente, refere-se expressamente e citamos: “Foi elaborada proposta de um modelo de gestão, património municipal ativo e económico, para transformação do antigo Presídio da Trafaria em ativo económico”. O que questionamos, é o sentido exato da expressão “transformação do antigo Presídio da Trafaria em ativo económico”, em que é que esta transformação se traduzirá no concreto, nos termos da proposta elaborada?

A segunda questão: qual o ponto de situação do processo de criação e constituição, da prometida Agência de Desenvolvimento para o Concelho de Almada?”

6.1.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Elisabete Pereira (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma das prioridades definidas pelo atual executivo municipal, tanto no seu programa eleitoral, como reiteradamente pela voz da Presidente da Câmara Municipal, em intervenções públicas que tem feito, é o insucesso e abandono escolares, que não raras vezes, têm sido qualificados como inquietantes no Concelho de Almada. Ora, na página vinte e quatro da Informação que nos é presente, é referido, sobre esta matéria, a celebração de 3 (três) contratos de aquisição de bens e serviços, para o projeto do Jardim de Infância na Ramalha, para a manutenção de equipamento lúdico e desportivo, e para aquisição de instrumentos musicais. Nada mais é referido na Informação que nos é presente, sobre essa grande inquietação. Que o insucesso e abandono escolares representam no quadro das preocupações da atual maioria PS/PSD, no Município de Almada. Perguntamos por isso à Senhora Presidente da Câmara Municipal, seis meses passados sobre o início do mandato, que estratégias, programas ou outros instrumentos de combate ao abandono e insucesso escolares, tem o atual executivo municipal em perspectiva, em preparação ou já em concretização, para além naturalmente, de uma preocupante



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

eliminação de diversos programas municipais, de apoio à atividade letiva, promovidos no passado pela Câmara Municipal em articulação com as escolas do Concelho, como são exemplos, o Carnaval das Escolas, ou A Semana Verde, atirada, recentemente, para o início do ano escolar e do outono, momentos que, como sabemos, são mais propícios ao amarelado do cair das folhas”.

6.1.2.10 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu tenho aqui, duas ou três questões que gostava de colocar relativamente aos SMAS. Uma primeira questão que tem a ver com os resultados do controlo analítico do efluente final. Não sei se o Senhor Vereador me conseguirá explicar. Nos quadros existentes sobre este controlo analítico, na página onze, e relativamente a janeiro, os valores de carência química e bioquímica de oxigénio, assim como a matéria sólida em suspensão, em todas as ETAR, estão abaixo dos valores limite, excetuando a Quinta da Bomba. O que eu gostava de saber, se me podia explicar, o porquê dos valores tão elevados na ETAR Quinta da Bomba. Por outro lado, ainda em relação à Quinta Bomba, e relativamente ao mês de fevereiro, diz no segundo quadro, está lá referido, que os dados não estão disponíveis porque o empreiteiro não disponibilizou esses dados. Gostava de saber se é permitido que o empreiteiro não disponibilize os dados. Depois, ainda em relação aos SMAS, no que se refere ao sistema de gestão ambiental, gostava de saber se os planos de ações corretivas do sistema de gestão ambiental se estão porventura disponíveis para consulta. Assim como, se o relatório anual de dados, nomeadamente dos gases fluorados com efeito de estufa serão entregues às entidades competentes oficiais, se também estarão na altura disponíveis para consulta.

Relativamente às atividades da Câmara Municipal que dizem respeito ao 1º trimestre de 2018. Antes de mais gostava de dar nota uma positiva acerca da informação disponibilizada no Relatório, relativamente à atividade relacionada com o ponto 6.9, que tem a ver com o bem-estar dos animais, e por exemplo, à questão dos animais que sofreram arrojamento, nós na última reunião tínhamos solicitado/sugerido, que a informação fosse mais discriminada, e queremos agradecer porque de facto está mesmo mais discriminada.

Tinha aqui algumas questões, duas delas já foram colocadas por outros grupos políticos, pelo que não vou estar a repetir. Gostava, contudo, de colocar algumas que essencialmente têm a ver com a ação social, com os direitos sociais. Relativamente ao NPISA – Núcleo de Planeamento de Intervenção Social sem Abrigo, eu estive a ver as associações que fariam parte do Núcleo, e não identifiquei nenhuma relativa ao apoio às comunidades de migrantes e à população imigrante. Gostava de confirmar se de facto, não existe nenhuma, e sugerir para o caso de não existir, que fosse incluída, porque é uma população vulnerável, e



que fará todo o sentido as associações de defesa das pessoas migrantes serem incluídas no núcleo de Planeamento e Intervenção junto da população em situação de sem abrigo.

Acerca do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, gostava de saber se existe alguma previsão para a sua finalização.

Outra questão tem a ver com, no final da página 18, inserido no tema de Apoio Social à Infância e às Famílias, são referidas várias ações relativas a um programa que eu não cheguei a perceber que programa é que era esse, não sei se houve aqui alguma falha, mas é dito: Elaboração de informação síntese sobre o ponto de situação do programa; identificação dos serviços municipais ficarão afetos à candidatura e ao programa; apresentação do programa; orientações da UNICEF sobre o programa; mas não há identificação do programa propriamente dito.

Relativamente ao parque habitacional gostava de saber se existe alguma previsão para a finalização do estudo de análise do parque habitacional da Câmara Municipal de Almada.

Gostava de dar nota positiva em relação à elaboração da proposta de renovação da frota de autocarros, que é dito que vai no sentido de existirem veículos ambientalmente e energeticamente mais eficientes, assim como a existência de pisos rebaixados, de forma a garantir a acessibilidade para todos. Esperemos mesmo que vá para a frente de maneira a que a acessibilidade seja de facto universal no que diz respeito aos transportes públicos, que não é.

Depois, a Senhora Presidente já referiu, que está para breve o novo Regulamento Municipal de Estacionamento, a minha questão tinha a ver exatamente com isso, e com o facto de ter lido que se procedeu a georreferenciação dos lugares de estacionamento reservados para pessoas com deficiência. Penso que terá sido feita a distinção entre os lugares públicos e os lugares reservados a pedido. Sugerir também, que esses lugares públicos possam ser inseridos na APP móvel “Experimente Almada”, à semelhança do que fazem outros Municípios cá e fora, para o turismo, o turismo sénior, o turismo para pessoas com deficiência, e é bom ter essa informação disponível, para as pessoas que nos visitam, já para não falar dos Municípios”.

6.1.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Da leitura do Relatório de Atividades dos primeiros três meses do ano de 2018, gostaria de fazer aqui um conjunto breve, de três ou quatro apreciações sobre o mesmo Relatório. Gostava de, em primeiro lugar, salientar que se trata na nossa opinião, de um documento que está detalhado, que tem a informação de uma forma que permite efetuar aquilo que é o escrutínio e monitorização daquilo que é a atividade da



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

autarquia. Este documento também dignifica aquilo que é a atividade de uma Assembleia Municipal, que é fiscalizar a ação do Executivo Camarário.

Gostava também de salientar o facto de, neste Relatório, estarem enquadradas e abordadas novas áreas de atuação, como é o exemplo da aprendizagem ao longo da vida, que é o sinal da importância que o Executivo dá estas matérias, do facto de o Município não ter medo que em matérias em que os nossos indicadores possam não ser tão positivos, a Câmara assume esses problemas de frente e trabalha para os resolver.

Gostava também de salientar o lançamento do Plano Municipal do Sucesso Escolar, julgamos que é um instrumento muito importante, que permite acompanhar uma das matérias que é de maior relevância do nosso Concelho, como é o caso da educação.

Gostava de fazer também aqui duas questões, uma que tem a ver com quais foram os resultados do mês da juventude, portanto, foi uma iniciativa que alargou aquilo que era a Quinzena da Juventude, quais foram os resultados dessa iniciativa, uma vez que se traduziu não só em mais temas como mais áreas de expressão cultural que foram abrangidas por este evento.

Por último, queria deixar aqui também uma questão, apesar de estar detalhada no Relatório, sobre a questão de higiene e limpeza urbana, porque efetivamente se Almada está mais limpa, se os recursos são os mesmos, significa que os trabalhadores desta autarquia e quem é responsável pela gestão desses funcionários, trabalhou melhor, e permitiu que os resultados estejam à vista de todos na rua. E é isso mesmo que se pretende de um Executivo Camarário, tem que tomar opções para que sirva melhor os interesses da população”.

6.1.2.12 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, gostaria antes da Senhora Presidente responder com o tempo que o Partido Socialista e o PSD lhe darão, gostaria de fazer duas perguntas, e fazer um comentário.

Primeiro é o comentário à intervenção do Senhor Deputado Sérgio Bastos, porque de facto este texto é efetivamente muito detalhado, vai ao ponto de nos dizer que nestes três meses foram substituídos suportes de rolo de papel higiénico nos balneários das piscinas da Sobreda, vai a esse ponto. Pena é, que não tenha a outra parte, a outra componente de análise política, que eu já aqui referi no início deste debate. As perguntas que eu gostaria ainda de fazer à Senhora Presidente, são as seguintes:

O Senhor Deputado Augusto Proença, já se antecipou de alguma forma, mas de qualquer forma nós gostaríamos de reiterar aqui uma questão, porque dois Senhores Vereadores nas suas intervenções



1/2

referiram a questão da época balnear, designadamente a Senhora Vereadora Francisca Parreira e o Senhor Vereador Miguel Salvado, e a questão que nós gostaríamos de colocar, é qual é o ponto da situação relativamente a uma necessidade que está identificada há muito tempo, designadamente a partir de um estudo científico, conduzido pelo Professor Filipe Duarte Santos, que tem a ver com o enchimento artificial de areias nas praias da Costa da Caparica, como fator de proteção de toda aquela frente de praias. Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, é também um esclarecimento. É que relativamente à Estrada Florestal, importa dizer, e importa ter claro, que no anterior mandato, e pelo anterior Executivo, houve pelo menos três questões concretas que foram colocadas ao Governo e que foram estas:

1º, foi elaborado o projeto para o reperfilamento da Estrada Florestal.

2º, foi disponibilizado pela Câmara Municipal o pagamento integral de obra e depois a acertar-se-iam as contas.

3º foi inclusivamente disponibilizada a possibilidade de a Estrada Florestal ser desclassificada e passar para o domínio municipal. O que não houve neste processo todo, foi resposta do Governo.

A pergunta que nós fazemos é se, neste momento, já há resposta do Governo relativamente a estas questões”.

6.1.2.13 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Guisado (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser aqui muito rápido em relação a duas coisas. Primeira delas, quando foi apresentado o projeto Polis da Costa da Caparica, e a recuperação das areias da Costa da Caparica, eu, não foi outra pessoa, disse que aquilo que estava a ser feito, o projeto da Câmara de Almada, é um erro. E repito, é um erro. O depósito de areias na Costa da Caparica não vai resolver nada. Não resolve nem vai resolver. Eu disse-o no Hotel da Costa na apresentação do Polis, que era um erro. Voltei a dizê-lo e volto a dizê-lo, é um erro. A única hipótese que há para repor areias na Costa da Caparica é prolongar a obstrução à corrente que sai do 2º Torrão para o Bugio, baixar o nível de corrente, para voltar a repor areias aí. Porque é que as areias saíram? Meus Senhores, vão à história.

Segunda coisa que eu quero dizer muito rápido. Hoje faz 44 (quarenta e quatro) anos, que se realizou o 1º comício livre na Cidade de Almada no pós 25 de Abril. É pena, que os Partidos que tanto se alegam de serem representantes da Esquerda, não se lembrem disso”.

6.1.2.14 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhor Deputado João Galdes, vou ser muito clara. Eu desde o início que sempre achei que estes relatórios de atividades, deviam ser simples, concisos, e sobre coisas concretas que se fizeram. Portanto, como eu disse no início, a nossa opção não foi pôr todas as reuniões que tivemos, eu espero trazê-las já com os resultados dessas reuniões, isso não impede que não vos comunique aqui, aquilo que foi feito. Mas os relatórios devem ser factuais. Isto é a primeira coisa.

A segunda coisa, como deve imaginar, para mim o debate político faz-se aqui mesmo, nesta Assembleia Municipal, mais do que eu estar a fazer mais uma introdução, ou mais uma declaração política, não me parece que esse seja o instrumento.

Portanto, estou aqui, no sítio da democracia, para fazermos o debate político, para poder justamente debater consigo, as questões políticas, todas as que entender, e até folgo que hoje tenha sido possível estabelecer este diálogo e este debate político, que não foi da outra vez.

Em relação às areias, também já houve outro Deputado que me respondeu a isso, e de alguma maneira, também com esta última intervenção. O que eu quero dizer em relação a isso, é que também já está previsto, para a semana já vou ter uma reunião com o Senhor Ministro do Ambiente. É uma questão complexa, eu já tenho estado a ler variadíssimos relatórios, e eu gostaria que houvesse duas posições consensuais. Como deve saber eu não sou nem engenheira, nem hidráulica, nem do ambiente, e, portanto, tenho estado a recolher todos os estudos que foram feitos. É verdade, há muitas teorias diferentes, é uma das coisas justamente que quero lançar, não só o Senhor Ministro do Ambiente, mas também a própria Ministra do Mar, e acho que devemos pensar muito seriamente. No entanto, sim, para já no recurso, nós tivemos um grande desgaste quando foi o temporal, eu acho que para já, temos sim, poderá não ser a melhor solução no futuro, mas neste momento devemos sim, tentar pedir que seja recarregada a areia.

Senhor Deputado, relativamente à Estrada Florestal. Pois, eu bem sei, o problema é que as pessoas estavam convencidas que a Estrada Florestal já estava na mão do Município e que o Município podia começar as obras já. Aliás, foi isso e posso encontrar declarações a esse nível, esse é que foi o problema. E, quando mal eu cheguei, e inclusive dissemos, vamos lançar a Estrada Florestal, o problema é que de facto a estrada Florestal não estava nas mãos do Município. Portanto, eu espero sim, como lhe disse, enviaram a pergunta e nós também lá fomos rapidamente a dizer, queremos a Estrada Florestal e assumimos as mesmas questões. Não é preciso pagar integralmente, como sabe, há uma verba que ainda foi combinada com o anterior Executivo, e bem, há uma verba reservada para isso, e ainda bem, agora, essa verba para nós a podermos utilizar, temos que ter meios para estar na Estrada Florestal.



Relativamente ao Senhor Deputado António Pedro Maco. Eu agradeço as palavras, noto a questão relativamente aos parques infantis para crianças com deficiência, e fica obviamente anotado também pelo Senhor Vereador Nuno Matias.

Relativamente às questões do Senhor Deputado Augusto Proença. O Portal da Transparência nós estamos a fazê-lo na revisão do site. Está neste momento, justamente em elaboração, a ver exatamente como é que ele vai ser feito. Como sabe, nós estamos neste momento em curso numa revisão não só da imagem, mas sobretudo tornar o site mais funcional e mais dinâmico.

Relativamente às transmissões em direto, também já estamos a fazer uma consulta pública, como sabe, temos que fazer uma consulta pública, para poder fazer as transmissões em direto e de alguma maneira da Assembleia e das reuniões de Câmara.

Relativamente à auditoria, também vai avançar agora. Já consultamos várias, também vamos ter que abrir um concurso, a época mais cara das auditorias é no final das contas, e, portanto, estamos a aproveitar a época de saldos da auditoria, se me permite assim, num resumo.

O canil/gatil. A Senhora Vereadora Francisca Parreira, já falou, tentarei passar mais à frente.

A Senhora Deputada Sónia Faria, relativamente aos SMAS, vou tentar que ainda haja tempo para o Senhor Vereador Miguel Salvado.

O parque habitacional do Município, Senhor Deputado António Rocha, sim. De facto, não haja dúvida que é uma grande, grande preocupação como eu já disse. O caso da à Senhora Dona Rosa Oliveira. Sim, eu sei que pode exigir, mas ainda na passada sexta-feira, tivemos aqui uma mãe com uma criança, e também o Senhor Deputado Carlos Guedes, exigiu, e o problema é que todos os dias somos confrontados com a nossa própria exigência de encontrar soluções. Eu já disse isso da outra vez, eu adorava poder ter um parque habitacional disponível como disse a Senhora Vereadora, neste momento nós nem sequer sabemos qual é o parque habitacional disponível, do próprio Município, e, portanto, é uma grande dificuldade. Os Senhores estiveram lá quarenta anos e não sabiam, portanto, se me permite em seis meses, não, ainda não sabemos, Senhor Deputado.

Relativamente aos painéis de arte pública. Tem toda a razão, também já pedimos, porque a arte pública, está na Casa da Cerca, pedimos todo um plano de reabilitação da arte pública. Infelizmente o ano passado a execução na reabilitação de arte pública foi zero, e, portanto, eu este ano espero que seja 100% de execução, e pedi um plano exato com as verbas e com o cronograma que deve estar também a sair. De facto, são só seis meses, não dá para tudo e tentamos ser o mais rápidos possível.

A REN. Vou também ser rápida no esclarecimento. Quando chegamos havia um contrato, que já estava fechado, aprovado e era para arrancar já. O problema, a situação, que encontramos é que não estava



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

fechado, a REN não concordava com o que tinha sido feito. O protocolo, entretanto, também já não estava em vigor porque os termos eram outros, Senhor Deputado Carlos Guedes? (é que eu estava a responder ao Senhor Deputado Carlos Guedes, assim vou passar a outro esclarecimento).

Senhora Deputada Elisabete Pereira. Insucesso Escolar, eu não tenho tempo para dizer tudo, mas aconselho-a a ler pelo menos a página vinte e oito e vinte e nove, tem lá várias medidas incluídas no programa contra o insucesso escolar.

Senhora Deputada Sandra Duarte, a questão dos SMAS, vou depois deixar o Senhor Vereador Miguel Salvado responder. Quero só dizer muito rapidamente, tal como eu já disse uma vez, nós queremos fazer um grande plano de acessibilidades da Cidade de Almada. E tivemos uma boa surpresa, uma boa surpresa, de verificar que já tinha sido encomendado, e que tinha sido feito um grande plano de acessibilidades de Almada, que está terminado desde 2013, e que nunca tinha sido oficialmente apresentado ao Executivo. E, portanto, nós fizemos uma reunião, com todos os serviços, com todos os Vereadores, para ver esse plano, e quero dar aqui os meus parabéns a todos os serviços e ao Executivo que na altura tinha pedido este plano, que foi um grande plano, e que agora poupa-nos imenso tempo, é um grande trabalho feito, foram grandes equipas e grandes trabalhadores do Município que o fizeram. Infelizmente esteve fechado numa gaveta durante quatro anos. Portanto, o que é que nós estamos agora a fazer? Estamos apenas a fazer a reavaliação dos dados, e assim que, obviamente também, com a empresa que nos ajudou na altura, que aliás, foi com fundos e foi concurso público e tudo como devia ser, estamos a fazer a reavaliação apenas naquilo em que for necessário, para começar desde já, a pôr na rua esse grande plano e que eu espero apresentar em breve”.

6.1.2.15 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A gestão de dívidas de terceiros, tal como foi apresentado na Prestação de Contas de 2017, os SMAS realmente estão numa situação em que têm realmente muita dívida de terceiros, que neste caso são nossos clientes, e que está a ser trabalhado a nível interno dos serviços, todo um pacote gestão da dívida, gestão da cobrança e gestão dos cortes. Que era algo que não havia, não estava elencado, não havia inclusive uma estratégia para que isto pudesse estar em funcionamento, tal como outros serviços municipalizados, como no Seixal, como a EPAL, como outros Concelhos têm.

Desde do início do mandato que nós sabíamos e tivemos a preocupação de rapidamente começar a elencar algumas obras mais urgentes, principalmente no Centro da Cidade, uma delas já foi iniciada neste mandato, foi exatamente na Bernardo Francisco da Costa, porque foi detetado em várias inspeções e relatórios internos, do perigo de colapso do próprio coletor, não só do pluvial como do saneamento.



Iniciamos, aliás, fizemos o projeto, lançamos obra, está a decorrer, começou numa primeira fase na rua da Incrível Almadense, vai-se depois, continuar no sentido descendente, em mais duas fases, e paralelamente com a Câmara houve a articulação de depois se fazer uma requalificação do espaço total da própria rua, até para criar melhores condições de mobilidade aos cidadãos que ali habitam, alguns de alguma idade, temos ali pisos muito escorregadios, há já um projeto está a ser trabalhado, de enterramento dos contentores e permitir que haja ali faixas de circulação mais fáceis para os nossos munícipes. Isso é um projeto e é uma situação que está a ser estudada neste momento, os SMAS já têm a obra em andamento, a Câmara também está já neste momento também a estudar isso.

O SIADAP, como vocês sabem, os funcionários dos SMAS, estavam há cinco anos sem avaliação do SIADAP, e como tal, não podiam progredir como deviam na sua carreira, no entanto, eu vou deixar só aqui uma súmula de indicadores disponíveis sobre o processo de ponderação curricular, conforme solicitado, atualizados às 11H30, do dia vinte sete de abril.

Tomadas de conhecimento tivemos 362 (trezentos e sessenta e dois) trabalhadores, depois algumas situações particulares como 13 (treze) trabalhadores notificados e a aguardar esclarecimento das entidades de origem, antes de estarem no nosso serviço entre outros;

Pedidos de Ponderação Curricular até ao momento já tivemos 215 (duzentos e quinze);

Comunicação de pontos para entregar 63 (sessenta e três), 37 (trinta e sete) por exemplo por baixa médica, férias aquando da deslocação aos locais de trabalho;

Processos de Ponderação Curricular com avaliação já concluída, 94 (noventa e quatro);

Processos de Ponderação Curricular para deferimento, estão neste momento em curso 76 (setenta e seis),

Processos de Ponderação Curricular em posse dos avaliadores nomeados da bolsa de avaliadores que foi aprovada em CCA, 45 (quarenta e cinco);

E neste momento estão a decorrer 11 (onze) reclamações.

Outros indicadores, o calendário de entrega de comunicação dos pontos, foi cumprido, a base de registos e controlo está atualizada, verificação do número de fichas por ciclo de avaliação 3 (três) processos com preenchimento incorreto pelos avaliadores, uma única ficha para todos os ciclos devolvidos para correção. Porque os trabalhadores necessariamente tiveram que numa única ficha tiveram 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. E graças a um esforço enorme por parte da nossa Divisão de Pessoal e também, dos avaliadores e dos dirigentes, tem-se conseguido levar este processo com alguma tranquilidade, a todos os trabalhadores, e estamos neste momento em velocidade de cruzeiro, ainda não está finalizado,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

naturalmente, ainda faltam alguns passos, mas fazemos questão de vir aqui com alguma regularidade, dar esta informação à própria Assembleia Municipal.

Controlo analítico, e agradeço-lhe a pergunta, porque realmente é bem visto. A Quinta da Bomba é uma ETAR que está num processo final de conclusão de obra. Há algum litígio que já vem do passado, entre os SMAS e a empresa construtora, neste caso a ABB. Tem havido várias reuniões já neste mandato, para tentar articular com a ABB a conclusão da empreitada, há algumas situações a nível do processo terciário, no secundário também, mas que ainda não estão concluídas, a própria empresa tem-se recusado, a concluir alguns trabalhos que os SMAS entendem que são obrigação da empresa, e como tal também não temos efetuado alguns pagamentos de propósito para que a empresa possa concluir aquilo que é da sua obrigação e está no caderno de encargos, tem havido um diálogo permanente entre os SMAS e a ABB, inclusive vai haver já uma reunião também com a Senhora Presidente e com os representantes, para que possamos rapidamente concluir este processo ter a ETAR em pleno funcionamento o mais depressa possível, para que possamos ter, também naquela ETAR, os níveis de excelência do tratamento que temos tanto em Valdeão, como no Portinho da Costa, como na Mutela. Mas infelizmente, por motivos do próprio empreiteiro, nós não conseguimos neste momento fazer aquilo que queríamos. Inclusive, os nossos próprios funcionários e nossos dirigentes, têm tido um cuidado enorme de criar sempre todas as condições ao empreiteiro, com todos os reagentes, para nada lhes falte, para que o processo possa estar concluído.

Em relação aos planos de ação corretiva estão todos disponíveis, depois podemos falar um bocadinho sobre isso”.

6.1.2.16 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Responder à Senhora Deputada Municipal Sandra Branco, que o projeto é: “A Cidade Amiga das Crianças da UNICEF”. Havia uma intenção quando chegamos de candidatura. Como dessa passou o prazo, estamos neste momento em fase de concretizar essa candidatura.

Relativamente ao PMIMA, dizer-lhe que as Associações representantes dos migrantes, tiveram participação ativa no diagnóstico e estão a continuar a participar nas respostas encontradas, nomeadamente, nos CLAIM – Centros Locais de Apoio à Integração dos Migrantes.

Relativamente à habitação, Senhor Deputado José Lourenço. Nós sabemos quantos prédios existem, 2280 (dois mil duzentos e oitenta), essa informação está lá, temo-la. O que nós não sabemos, e isso é que é importante, é quais é que estão ocupados, quais é que não estão ocupados, e quais os que estão ocupados devida e indevidamente. E é esse levantamento que vai ser muito difícil de fazer, para poder deixar a casa



a quem a tem legitimamente, e tirar a quem não a tem legitimamente ou aquela que até está desabitada como já concluímos, de gente que tem a casa e não mora lá. Portanto, é esta informação que não existe, ou então os serviços mentiram-me o que eu não acredito, já fiz “N” reuniões sobre isto, e estamos a preparar as equipas para ir para o terreno, para tentar saber exatamente, quantos fogos temos devolutos, para poder fazer realojamento. E esta é a grande dificuldade, é esta a juntar a essa, contratos que não existem, contratos caducados, e as rendas em atraso. Tudo isto, é um novelo que não são seis meses, pode ter a certeza que vai desenrolar, mas que nós vamos desenrolar ou que eu vou com certeza conseguir desenrolar, pode crer”.

6.1.2.17 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas e só para, de certa forma, responder à *boutade* com que o Senhor Deputado PPD Henrique Guisado nos brindou no final da sua intervenção, acerca dos 44 (quarenta e quatro) anos do primeiro comício democrático em Almada, e da ausência de qualquer referência dos Partidos da Esquerda a isso. Eu não sei e que parte da atividade municipal o Senhor Deputado queria que nós falássemos sobre isso. Mas já agora, eu digo-lhe sinceramente, nós lembramo-nos das conquistas de Abril todos os dias, e lutamos por elas todos os dias, nomeadamente, e com mais afinco, nos períodos em que os Governos do seu Partido atacaram esses direitos de forma bastante agressiva. E também lhe digo mais, enquanto houver Abril, os Senhores e intervenções como a sua, estarão cá sempre para nos lembrar de Novembro”.

6.1.2.18 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É apenas para duas ou três palavras em torno desta questão da habitação. Eu não acredito, não estou a duvidar de si, dizer-lhe que não são 2280 (dois mil duzentos e oitenta), já agora sejamos precisos, são 2286 (dois mil duzentos e oitenta e seis) fogos do Município. Os fogos devolutos do Município, o Município tem que saber quais são. Quem é que saberá?... Estive na área da habitação como Vereador 8 (oito) anos, conheço os bairros do Município, tinha a listagem dos fogos devolutos, não há razão nenhuma, Senhora Vereadora, seis meses depois, não há razão nenhuma para que não se saiba quais são os fogos devolutos que existem no Concelho. Uma questão é saber se as pessoas que lá estão, se têm o contrato ou não, se passaram para outro ou não passaram. Essa uma questão. A outra questão é fogos devolutos do Município, ao fim de seis meses não sabem? Desculpem, eu fico perplexo. E fico-me por aqui”.

6.1.2.19 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Senhor Presidente, não são perguntas, são dois registos breves sobre intervenções anteriores.

O primeiro registo tem a ver com uma interessante conceção de debate democrático que a Senhora Presidente aqui nos deixou. Que se traduz mais ou menos nisto: por razões de síntese, traz-nos aqui informação relevante para a vida do Município e dos almadenses, que os Deputados Municipais não conhecem. Não foi distribuída previamente.

E depois em 17 (dezassete) minutos, no caso da CDU, vamos para o tal debate democrático sobre essas questões relevantes. Não deixa de ser uma conceção interessante do debate democrático.

O segundo registo tem a ver ainda com a Estrada Florestal, e com agrado, a CDU regista que o Governo parece que, neste momento, já está em condições de dar à Câmara Municipal de Almada aquilo que não deu no mandato anterior. E são duas coisas, é o financiamento e é a desqualificação da Estrada Florestal como Estrada Municipal. Registamos com agrado que agora, e também registamos que a obra da Estrada Florestal que é essencial para a melhoria da qualidade do acesso às praias do nosso Concelho, particularmente as praias do Sul, já podia estar feita e não está”.

7 – Foi concluída a Ordem de Trabalhos assim como a agenda da Sessão, pelo que foi encerrada a reunião eram 11H50, do dia 30 de abril de 2018.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Senhora Inês Medeiros e dos Vereadores Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, José Gonçalves, António Matos, Tiago Galveias e Luís Filipe Pereira.

9 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas Senhor Miguel Ribeiro e Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 40 Senhores Munícipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____